

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

***CAMPUS CACOAL***

**Departamento do Curso de Direito**

**EFEITOS DO CARÁTER RESSOCIALIZADOR DAS PENAS  
ALTERNATIVAS**

**Luiz Eiji Sato**

**Cacoal-RO**

**2008**

**LUIZ EIJI SATO**

**EFEITOS DO CARÁTER RESSOCIALIZADOR DAS PENAS  
ALTERNATIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Esp. Claudinéia Duarte Gomes.

**Cacoal-RO  
2008**

---

SATO, L. E.

Efeitos do Caráter Ressocializador das Penas Alternativas/Luiz Eiji Sato – 2008

Vii, 67 *f.*, enc.: 30 cm.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, 2008.

Bibliografia: 63 - 67

I – TÍTULO

---

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO ORIENTADOR**

O acadêmico **LUIZ EIJI SATO** desenvolveu o presente Trabalho de Conclusão de Curso sob o tema **EFEITOS DO CARÁTER RESSOCIALIZADOR DAS PENAS ALTERNATIVAS**, observado os critérios do Projeto Monográfico apresentado ao Departamento do curso de Direito, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal.

O acompanhamento foi efetivo, tendo sido observado os prazos fixados pelo Departamento do curso de Direito para o seu desenvolvimento.

Destarte, o acadêmico está apto à apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal/RO, 18 de março de 2008.

---

Claudinéia Duarte S.Gomes  
Professora orientadora

**LUIZ EIJI SATO**

**EFEITOS DO CARÁTER RESSOCIALIZADOR DAS PENAS  
ALTERNATIVAS**

Prof. Esp. Claudinéia Duarte Gomes	Nota
Prof.	Nota
Prof.	Nota

\_\_\_\_\_  
Média

Eu, **LUIZ EIJI SATO**, acadêmico devidamente matriculado no 10º Período do Curso de Ciências Jurídicas da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, **DECLARO** para todos os fins que o trabalho monográfico intitulado **EFEITOS DO CARÁTER RESSOCIALIZADOR DAS PENAS ALTERNATIVAS**, foi por mim desenvolvido.

Cacoal/Ro, 18 de março de 2008.

---

**LUIZ EIJI SATO**

## **DECLARAÇÃO**

Eu, **DIMAS GIACOMIN SELVÁTICI**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 798.626.917-00 e RG nº 579.642 /SSP/ES, residente e domiciliado na Rua Brasília, 1211, Bairro INCRA, Cacoal/RO, licenciado em Letras, declaro para os devidos fins que realizei a correção ortográfica e gramatical do Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **LUIZ EIJI SATO**, intitulado **EFEITOS DO CARÁTER RESSOCIALIZADOR DAS PENAS ALTERNATIVAS**.

Cacoal/RO, 18 de março de 2008.

---

Dimas Giacomín Selvátici

Dedico a todos os meus familiares, e em especial à Maria Lima,  
Cátia, Jéssica e Takashi, querida esposa e filhos.



Agradeço a todos os colegas, professores, amigos e em especial ao Márcio Sugahara e Francisco Jr., que sempre me incentivaram a prosseguir em frente e a não desistir da luta, pois somente com muito sacrifício e dedicação é que conseguiremos vencer a batalha para o saber.

## RESUMO

SATO, Luiz Eiji. Efeitos do Caráter Ressocializador das Penas Alternativas, 66 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal. 2008.

O presente trabalho visa analisar as questões das penas alternativas e suas características. Observa-se que a sociedade vem enfrentando inúmeras crises com relação à superlotação nos presídios, pois o mesmo a cada dia vem passando por constantes acréscimos a sua população, obrigando dessa forma o Estado a tomar medidas alternativas para abrandar essa problemática, já que sua solução é improvável devido à política econômica presenciada pelo país na atualidade. Em função decorrente desse malefício as penas de menor potencial ofensivo que há tempos era punida de maneira mais austera, estão sendo tratadas de forma diferenciada pelo Código Penal, em função de que não tem como amontoar presos em cadeias cuja periculosidade seja diferenciada entre si. Outro determinante para se passar a evitar a pena privativa de liberdade se fundamenta na questão da ineficiência da função ressocializadora da pena, que acaba por incentivar a pessoa a cometer mais delitos, quando for liberto. O tema a ser trabalhado no presente trabalho enfoca a questão das penas alternativas, cujas funções, básicas são de punir, mas principalmente ressocializar o preso, para que este não volte para a vida criminosa. Nas linhas posteriores será desenvolvido um trabalho sobre a pena restritiva de direitos e suas minudências, analisando as condições necessárias para que o condenado seja beneficiado com este tipo de pena. Também serão analisadas todas as espécies de penas restritivas de direitos, vindo posteriormente avaliar a pena de multa. O interesse é também de preservar a integridade daqueles que precisam cumprir pena, sabendo perceber que de fora há pessoas que querem se estabelecer e viver sua vida sem medo daqueles que cumprem sua pena, por sua total ressocialização. Simplesmente devem ser aplicadas penas que não deixem o ser humano esquecer que ele está ali por seu próprio erro, fruto de sua consciência, razão de seus atos e acreditar que a justiça virá, cedo ou tarde.

**Palavras-Chave:** Penas alternativas; Código Penal; Ressocialização.

## ABSTRACT

SATO, Luiz Eiji. Efeitos do Caráter Ressocializador das Penas Alternativas, 66 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal. 2008.

This study aims to examine the issue of alternative sentences and their features. It appears that the company is facing numerous crises with respect to overcrowding in prisons, because the same every day is undergoing constant increases its population, thus forcing the state to take alternative measures to slow this problem, as its solution it is unlikely due to the economic policy witness the country at the present time. In light of that curse caused the sentences of less offensive potential that once was punished for a more austere, are being dealt with differently by the criminal code, according to which is not pile prisoners in chains whose danger is differentiated from another. Another crucial to moving to avoid the custodial sentence was based on the question of the inefficiency of the function of resocialization penalty, which ultimately encourage the person to commit more crimes when released. The topic to be worked on this study focuses on the question of alternative sentences, whose functions are basic to punish, but mainly ressocializar the prisoner so that he does not return to a criminal life. In subsequent lines will be developed a work on the penalty restrictive of rights and their detail, analyzing the conditions necessary for the convicted be benefited with this type of penalty. It also will be reviewed all species of feathers restrictive of rights, been subsequently assess the penalty of fine. The interest is to preserve the integrity of those who need to meet penalty, knowing realize that out there are people who want to establish and live their lives without fear of those who fulfill their punishment, on its total resocialization. Simply must apply penalties that do not let you forget the human being that he is there for its own error, the result of their conscience, because of their actions and believe that justice will come, sooner or later.

**Keywords:** Punishment alternatives; Penal Code; resocialization.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. ASPECTOS GERAIS DA PENA .....</b>	<b>17</b>
2.1 CONCEITOS .....	17
2.2 CARACTERÍSTICAS .....	19
2.3 NATUREZA .....	22
2.3 TIPOS DE PENAS .....	23
2.4 OBJETIVOS .....	24
<b>3. DAS PENAS ALTERNATIVAS .....</b>	<b>26</b>
3.1 ORIGEM .....	26
3.2 CONCEITO .....	28
3.3 TIPOS DE PENAS ALTERNATIVAS .....	31
3.4 OBJETIVOS .....	34
<b>4. DA EXECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>41</b>
4.1 NATUREZA DA EXECUÇÃO PENAL .....	41
4.2 PRINCÍPIOS.....	43
4.3 OBJETIVOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	44
4.4 EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL.....	46
4.5 PERFIL DO PRESO BRASILEIRO .....	48
<b>5. DA RESSOCIALIZAÇÃO.....</b>	<b>51</b>
5.1 APLICAÇÃO E EFETIVIDADE .....	51
5.2 EFEITOS DA SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS .....	53
5.2.1 QUANTO AO RÉU .....	55
5.2.2 QUANTO À VITIMA .....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

### ANEXOS:

- Lei nº 9.714, de 25 de Novembro de 1998.

## **1. INTRODUÇÃO**

Tendo a sua origem histórica no positivismo criminológico do século XIX, as penas alternativas em contraposição às penas de cárcere privado, além dos pressupostos humanísticos da pena de prisão, neste contexto observam-se que as mesmas são reflexos das alterações que o Estado vem se deparando em relação de suas concepções sobre o sistema de justiça penal e os fins da pena em uma sociedade complexa e cheia de variações, as quais vivemos atualmente. Entretanto, as alternativas a pena privativa de liberdade, adquirem maior dimensão e grau de importância com a globalização do modelo norte-americano de controle social sobre o delito cometido.

Em busca de soluções mais práticas, em decorrência da superlotação do sistema carcerário, o Brasil, atendendo aos desejos desse novo contexto de Política Criminal, desenvolve, inicialmente a Reforma de 1984, onde adota medidas alternativas para as penas de prisão de curta duração: promulgou as chamadas penas restritivas de direitos e revitalizou a pena de multa, permanecendo a prisão como eixo principal do sistema de penas, ampliando o arsenal punitivo à disposição do Estado na luta contra a criminalidade.

Atualmente a sociedade vem vivenciando inúmeras crises com relação à superlotação nos sistema prisional brasileiro, pois a cada dia a sua população aumenta assustadoramente, obrigando o Estado a tomar medidas alternativas para amenizar essa questão problemática, já que sua solução é improvável em função da política econômica vivida pelo país na atualidade. Devido a esse malefício as penas de menor potencial ofensivo que há tempos era punida de maneira mais severa, estão sendo tratadas de maneira diferenciada pelo Código Penal, haja vista que não tem como aglomerar presos em cadeias cuja periculosidade seja distinta. Outro

motivo para se passar a evitar a pena privativa de liberdade se encontra na questão da ineficiência da função ressocializadora da pena, que acaba por incentivar a pessoa a cometer mais delitos.

Observa-se que a mesma se refere a uma análise multidisciplinar que utiliza-se das contribuições de outras disciplinas sociais para caracterizar a origem e as influências determinantes em que essas novas consequências jurídicas ao delito vêm adquirindo dentro dessa concepção pós-moderna de política de controle social, contextualizado no atual momento histórico globalizado.

### **Problematização**

Quais são os efeitos advindos da aplicação das penas alternativas.

### **Objetivos Gerais**

Analisar a questão das penas alternativas, suas características e funções, objetivando principalmente a ressocialização do preso, para que este não volte para a vida criminosa, demonstrando ainda quais os procedimentos adotados para se determinar qual sentença condenatória de aplicação de pena privativa de liberdade ou de multa, ou pena alternativa.

### **Objetivos Específicos.**

- Analisar a questão das penas alternativas e o sistema penal no Brasil;
- Analisar a questão da crise da pena de prisão, bem como as suas respectivas causas;
- Observar os efeitos negativos e de efeitos psicológicos produzidos pela prisão sobre o recluso;
- Analisar os aspectos gerais das punições alternativas;
- Discorrer sobre o contexto brasileiro de alternativas à prisão;
- Analisar a questão das espécies de penas privativas de direitos.

## **Delimitação do Tema**

A pesquisa será delimitada para verificar os efeitos da aplicação das Penas Alternativas visando a ressocialização do réu condenado a uma pena privativa ou restritiva de direito.

## **Justificativa**

A norma jurídica é composta por dois elementos fundamentais, sendo a previsão da conduta criminosa (Preceito) e a cominação da pena – a denominada sanção, sendo que a primeira é uma orientação do Estado indicando o que se deve ou não se deve fazer, enquanto a segunda é a punição a ser aplicada a todos aqueles que infringirem os preceitos jurídico-legais. Assim, toda vez que um indivíduo pratica um ilícito penal existe uma contra reação a tal conduta, impondo ao agente uma sanção, em função do ato praticado.

Historicamente, o direito de punir não pertencia exclusivamente ao Estado, mas eram estendidas da mesma forma a cada cidadão que tivesse um direito agredido, como ocorria na Mesopotâmia, detentora do Código de Hamurabi, entre os hebreus, ou atualmente entre os fundamentalistas islâmicos, permitindo que o próprio agredido efetue a satisfação do seu direito frente ao agressor. No entanto, com a evolução das sociedades, tornou-se manifesto que o único ente capaz de punir seria o Estado, uma vez que, se é o Estado que desenvolve a norma, deve ele, e somente ele, aplicá-la.

Pode-se da mesma forma afirmar que, atualmente, a pena aplicada ao indivíduo que praticou um ato ilícito pode ter por finalidade inúmeros fins, ou seja: a pena imposta ao condenado tem como finalidade, simultaneamente punir o indivíduo pelo ato que cometeu, reeducá-lo e ressocializá-lo, de forma que possa ser reintegrado à sociedade e que não cometa tais atos, servindo, portanto, de exemplo para que outros indivíduos não trilhe o mesmo caminho percorrido por este elemento. Outro fator importante se fundamenta no fato dessa pena vir de certa forma a proteger a sociedade, de modo que o Estado, titular exclusivo do direito de punir, aprisione qualquer elemento capaz de desestabilizar a paz pública e o bem comum.

Destarte, para que a pena imposta pelo Estado alcance todas as finalidades, esta deve estar revestida de considerável discricção, a ponto de que ela cumpra o seu papel sem precisar ser injusta, desnecessária ou cruel. Assim sendo, o ser humano, ao longo de sua evolução, chegou à conclusão de que "enclausurar" um indivíduo, açoitá-lo e submetê-lo a penas extremamente severas não era o suficiente para reduzir os delitos.

Pelo exposto, pode se observar que juristas, sociólogos, cientistas políticos e a sociedade em geral como um todo, buscam soluções alternativas para os infratores que não colocam em perigo a quietude e a segurança da sociedade. Desse modo, com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas (ONU) buscou reconhecer a dignidade intrínseca a todos os membros da família humana, que é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz.

Assim, a justificativa para elaboração do presente trabalho se fundamenta no princípio da aplicabilidade das penas alternativas na jurisprudência pátria e a sua importância na administração da Justiça criminal. Eis, dessa forma, a relevância do tema, de sua pesquisa e conclusões obtidas.

## **Metodologia**

Para Gil (1999, p. 42)<sup>1</sup>, pode-se definir a pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. E tem como objetivo fundamental, descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A pesquisa visa o progresso da ciência, procurando desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e conseqüências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser bastante formalizado e objetivo à generalização, com vistas na construção de teorias e leis.

---

<sup>1</sup> GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1999.



Segundo Santos (1999)<sup>2</sup>, três critérios podem ser utilizados para identificar a natureza metodológica dos trabalhos de pesquisa, as quais se ressaltam: caracterizadas segundo seus objetivos e procedimentos de coleta de dados, e segundo as fontes empregadas na coleta de dados.

Roesch (1996)<sup>3</sup> descreve que ao praticar, adaptar e desenvolver os conteúdos estudados para elaboração de um trabalho científico é possível traçar um paralelo entre a teoria e a realidade, utilizando-se de uma metodologia científica. Pode-se utilizar mais de um método de análise, portanto, é possível realizar uma pesquisa ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa.

Considera-se o paradigma interpretativo o mais adequado ao objeto em estudo. O padrão interpretativo, assim como o funcionalista, preocupa-se com a regulação social, porém de um ponto de vista subjetivista (LAKATOS & MARCONI, 2001)<sup>4</sup>. Assim, para melhor considerar a subjetividade, opta-se por uma pesquisa qualitativa.

Como método de abordagem, a pesquisa foi conduzida de forma indutiva, realizada em três etapas: a observação dos fenômenos, a descoberta da relação entre eles e a generalização da relação.

Sendo a pesquisa bibliográfica a principal fonte, o instrumento de coleta de dados será realizado anotações das informações mais relevantes sobre o assunto retirado destas bibliografias, com o objetivo da otimização da pesquisa a ser realizado. Dessa forma, através destas anotações contendo registros de dados documentais necessários ao desenvolvimento e fundamentação do estudo, tem-se uma visão mais dinâmica do tema proposto de acordo com a óptica de diversos doutrinadores.

Serão utilizados neste trabalho dois tipos de pesquisas, a saber: a pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de artigos científicos e livros, visto que permite a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla; e a pesquisa documental, embora

---

<sup>2</sup> SANTOS, Antonio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

<sup>3</sup> ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração**: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso; Colaboração: Grace Vieira Becker e Maria Ivone de Mello. São Paulo: Atlas, 1996.

<sup>4</sup> LAKATOS, E. M., MARCONI, M.A.2001. **Fundamentos da metodologia científica**. 4. ed. São Paulo:Atlas

esta se assemelhe à pesquisa bibliográfica, permite que se tenha acesso a documentos tipo: reportagens de jornal, relatórios de pesquisa, documentos oficiais, entre outros. Foram utilizadas informações de artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais.

## **2 - ASPECTOS GERAIS DA PENA**

### **2.1 Conceitos**

É comum utilizar a expressão pena nos demais ramos da lei, como por exemplo, no Direito Civil é o segundo alicerce que escorra o Direito Penal, tendo porem o condão de designar outros elementos no plano de direito. Nesse aspecto, dentre outros exemplos, é comum se referenciar: Pena de Nulidade, que retrata a nulidade de um ato processual surgindo como uma sanção processual. Pena de Preclusão consiste na perda do direito de praticar um ato processual, também se revelando como sendo uma sanção processual. Assim não é errado dizer que no direito, a pena, identifica-se como sanção, embora esta seja mais abrangente. Portanto pena é a sanção específica do Direito Penal.

Verificada a pena como sendo a sanção específica do Direito Penal é contemplado em doutrina, tanto do ponto de vista formal quanto substancial.

Considerando do ponto de vista formal, a pena revela-se como consequência jurídica que é lei, constitui-se expressamente para fatos previstos como delito. Assim considerando, a pena fica fora do delito, porém, deve ser expressamente prevista na norma, ante o princípio da reserva legal. Nesse sentido é a segunda parte do artigo 1º do Código Penal, no qual se vê que *“não há pena sem prévia cominação legal”*.

Na pena destinada ao autor da infração penal, vê-se o princípio da personalidade determinada que visa impedir que se estenda a terceiros a sua imposição. Nesse sentido, é da Constituição Federal, art. 5º inciso XLV, que *“Nenhuma pena passará da pessoa do condenado”*. Podem, porém, segundo o mesmo dispositivo constitucional, a obrigação de

reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executados até o limite do valor do patrimônio transferido.

Segundo os organizadores do novo dicionário Jurídico ADCOAS (2001,p.288), pena *“é uma sanção imposta pelo Estado, como castigo ou expiação a todo aquele que, tendo infringido o artigo da lei penal, tenha respondido ao competente processo judicial, e por sentença tenha sido condenado.”*

Visando proteger os bens jurídicos fundamentais da vida social, ou seja, regular as relações entre os indivíduos da sociedade para que possam coexistir pacificamente, o Estado impõe sanções aos indivíduos que atentem contra estes bens.

Baseado no princípio da legalidade, *“não há crime sem lei anterior que o define, sem prévia cominação legal”*, descrito no art. 5º inciso XXXIX, da Constituição Federal, a norma jurídica sempre prevê determinadas hipóteses, atribuindo a elas certas conseqüências. Caso essa hipótese não seja desejada, diz-se que ela é de ato ilícito, porque contrária ao ordenamento jurídico, assim sua conseqüência é então, uma sanção.

Cabe salientar que sanção não é sinônimo de pena, mas apenas uma conseqüência jurídica atribuída a um ato contrário às disposições da lei, tanto na esfera cível como na criminal, podendo ser de várias espécies. Entre essas espécies de sanções encontram-se na esfera criminal as penas, que se diferenciam das demais por suas finalidades peculiares.

Desta forma pode-se dizer que a pena é uma espécie de sanção ou conseqüência imposta pelo Estado, incumbindo de defender o interesse público, ao indivíduo que comete alguma infração penal, nesse sentido, são várias as considerações da pena vista sob a ótica de diversos doutrinadores pátrios.

Aníbal Bruno<sup>5</sup> conceitua pena como sendo *“sanção, consistente na privação de determinados bens jurídicos, que o Estado impõe contra a prática de um fato definido na lei como crime”*. Damásio Evangelista de Jesus<sup>6</sup> diz que *“pena é a sanção aflitiva imposta pelo*

---

<sup>5</sup> Aníbal Bruno. Direito Penal, 3ª ed., São Paulo: Forense, 1967, Tomo 3p.22

<sup>6</sup> JESUS, Damásio Evangelista de. Código Penal Anotado. – 4. ed. Ampl. Atual. São Paulo: Saraiva, 1994.p.118.

*Estado, mediante ação penal, ao autor de uma infração penal como retribuição de seu ato ilícito, consistente na diminuição de um bem jurídico, e cujo fim é evitar novos delitos”.*

Verifica-se que a pena é uma seqüela jurídica, uma punição imposta pela lei penal a uma pessoa que tenha cometido algum delito, implicando na diminuição de bens jurídicos ao autor da infração que a lei descreve como sendo crime, caracterizando-se pela retribuição do ato praticado e tendo por fim a prevenção da prática de novas infrações.

Esta teoria da pena, que predominou por longo tempo e ainda possui simpatizantes retardatários, parte de uma visão metafísica da pena, desconsiderando seu papel social e aspectos pragmáticos, utilitários. A idéia de pena, como prática implacável da justiça e expiação da culpa, ignora por completo o fato de que a pena pode, em certas circunstâncias, ser uma expiação desnecessária e inútil, para o atuante que, por outros meios mais eficazes, já reparou ou remediou as conseqüências danosas do crime. Além disso, pode significar um vínculo dispensável para a sociedade.

Toma-se, como exemplo, algum delito de avaria patrimonial (dano, furto, apropriação indébita) no qual o infrator abertamente tenha reparado satisfatoriamente o dano.

A Pena Criminal tem três finalidades básicas: intimidativa, retributiva e recuperativa. É intimidativa, pois a prisão de um criminoso "amedronta" o outro; é retributiva, pagando o mal com o outro mal, e também pode ser recuperativa, pois pode vir a "reeducar" o delituoso.

Cada país julga suas leis, onde determinam quais comportamentos são consideradas ilegais e criminosos, subseqüentemente, suas punições, para cada delito.

## **2.2 Características**

Sabe-se que a pena é uma sanção aflitiva imposta pelo Estado cuja finalidade está em evitar novos delitos, e também, reeducar e corrigir o autor do crime. Devendo ser imposta de forma proporcional ao crime praticado.

Como já citado, a pena tem se apresentado com uma finalidade retributiva, ou seja, impõe-se um mal justo, oposto ao mal injusto do crime; e também preventiva, onde se retira o indivíduo do convívio social, impedindo que volte a delinquir e por consequência procurando corrigi-lo.

Nesse sentido Gonçalves<sup>7</sup> entende que “*Pena é a retribuição imposta pelo Estado em razão da prática de um ilícito penal e consistente pela lei que visa a readaptação do criminoso ao convívio social em relação à prática de novas transgressões*”.

Entende-se que a retribuição sem prevenção é a vingança, é a precaução sem a retribuição, é a perda de honra. Portanto, tem que se levar em conta que a pena não pode ser imposta aleatoriamente, existem características essenciais que devem ser observadas no sentido da proporcionalidade do delito cometido e nos limites da culpabilidade, a fim de que seja justa e não arbitrária.

Nas considerações de Mirabete<sup>8</sup> as características essenciais da pena são:

- a) *Personalidade (art.5º, XLVI, do CF):*
- b) *Legalidade (art.5º,XXXIX, do CF);*
- c) *Inderrogabilidade; e*
- d) *Proporcionalidade.*

Entende-se por características da personalidade como sendo a individualização da pena, ou seja, o juiz ao fixar a pena deve observar as condições pessoais do agente, não podendo ser estendida a terceiros, não podendo passar da pessoa do criminoso.

O entendimento em relação às características da legalidade da pena pode ser observado no artigo 1º do código Penal: “*Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal*”.<sup>9</sup> Nesse sentido a pena só possui valor quando do pronunciamento de uma sentença dada por juiz competente, de acordo com o processo regular, observando as formalidades legais, não podendo ser aplicada por analogia, todas terão que estar expressamente prescritas em lei, nem ficando a critério do julgador, isto é, nenhum

---

<sup>7</sup> GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios. Direito Penal: Parte geral, 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p 103.

<sup>8</sup> MIRABETE, Julio Fabrini. Código Penal Interpretado. – São Paulo: Atlas.p.325.

<sup>9</sup> DELAMANTO, Celso... [et all]. Código Penal.Comentado. – 6. ed.atual.eampl.- Rio de Janeiro: Renovar,2002.p3.

comportamento será considerado crime sem que exista uma lei anterior à prática do delito considerando-o como tal.

Procurando acatar as características da inderrogabilidade, pode-se afirmar que quando praticado o delito, a imposição deve ser certa e a pena cumprida.

Quanto à proporcionalidade, entende-se que a pena deve ser ajustada ao crime cometido, ou seja, cada crime deve ser punido com uma determinada medida repressiva imposta pela autoridade competente, acabaram-se as condenações equivocadas por delitos anódinos.

Vê-se também que o tempo de duração das penas foi diminuindo, nossa Constituição proibiu penas de caráter perpétuo, estabelecendo o limite de 30 anos de reclusão.

Verifica-se que a pena ao ser imposta prevê a readaptação do indivíduo, bem como prevenir novas transgressões. Assim sendo, pode ser rotulada de acordo com as infrações cometidas.

Com isso, resumidamente pode-se dizer que a pena é classificada segundo a doutrina em: corporais, privativas de liberdade; pecuniárias e privativas e restritivas de delitos; e pela Constituição Federal como sendo: privação ou restrição da liberdade; perda de bens; multa; prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos.

No que se refere à Pena o Código Penal Brasileiro adota a seguinte classificação:

- a) Privativas de liberdade – detenção e reclusão;
- b) Restritivas de direitos – prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitações de fim de semana;
- c) Multa.

As penas privativas de liberdade prevista pelo Código Penal para os delitos, podem ser reclusão ou detenção, ou ainda, no caso de lei de Contravenções Penais existe a prisão simples. Sendo assim, privativa de liberdade é a pena por meio da qual se promove o afastamento do condenado do convívio social mediante confinamento carcerário, por certo

espaço de tempo. Considerando o mais importante meio utilizado na repressão penal, é prestigiada no conjunto das legislações sendo inscritas sob a forma temporária e ou perpétua. A perpetuidade da pena é vedada no nosso país em face da alínea “b” do inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal.

As penas restritivas de direito foram inseridas em nossa legislação por intermédio da lei 7209/84 e posteriormente implementadas pela lei 9714/98, ano em que foram inçados ao status de penas principais e não meramente acessórias. A Pena Restritiva de Direito não há de ser confundida com a privativa de liberdade, pois se consiste na limitação relativa. Em sua essência, são aquelas que extraem ou diminuem o exercício de certos direitos do condenado. São inscritas no art. 32, inciso II do Código Penal, sob a denominação “Restritivas de Direitos” e especializada essa modalidade de pena, no art. 43 incisos I a IV do mesmo diploma legal, como sendo: a) Prestação Pecuniária; b) Perdas de Bens e Valores; c) Prestação de Serviços a Comunidade ou Entidades Públicas; d) Interdição Temporária de Direitos e, e) Limitação de Fins de Semana.

Já a pena de multa, consiste no pagamento de uma quantia fixada na sentença ao fundo penitenciário, cujo cálculo é baseado no sistema de dias-multa, podendo variar de 10 a 360 dias multa.<sup>10</sup>

## **2.3 Natureza**

Quanto sua natureza, doutrinariamente as penas são classificadas em: corporais; privativas de liberdade; restritivas de liberdade; pecuniárias e restritivas de direitos.

A Constituição Federal no art. 5º, inciso XLVI em suas alíneas estabelece as penas como sendo: privação ou do poder de locomoção do condenado, sem, contudo, levá-lo ao confinamento carcerário. Pode ser inscrita sob a forma de banimento (perda dos direitos políticos e de habitar o país); de degredo ou confinamento, mediante fixação compulsória de residência em local determinado na sentença, e de desterro, consubstanciada na saída

---

<sup>10</sup> O valor correspondente a cada dia-multa será de 1/30 do valor do salário mínimo vigente à época doas fatos, sendo até cinco vezes este valor.



obrigatória da comarca e do domicílio da vítima. A pena de banimento é vedada em nosso País.

As Penas Corporais são as que atuam sobre o corpo do infrator, privando-o da vida ou lesando-lhe a integridade física. São aqueles cuja fixação pode dar-se em submissão do condenado a açoites, mutilações, chegando até a morte. São vedadas no Direito Pátrio, certo de que não haverá penas de morte e nem cruéis. A vedação da pena de morte é relativa, uma vez que admitida é na hipótese de guerra declarada.

Pecuniárias são as penas que refletem uma redução no patrimônio do condenado ou mesmo na perda total. Em doutrina, as penas são divididas em “multa” e “confisco”. A multa substancia-se no pagamento de determinada importância pelo condenado, sendo imposta na parte especial do Código Penal para certos tipos de delitos.

## **2.4 Tipos de Penas**

Segundo o artigo 32 do Código Penal as penas são:

- Privativas de liberdade: reclusão e detenção (artigos 33 e subsequentes),
- Penas restritivas de direitos: prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade pública, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana (artigo 43), e
- Multa (artigos 49 e subsequentes)

De detenção: cumprida em regime semi-aberto ou aberto, salvo hipótese de transferência excepcional para o regime fechado e na prisão simples: prevista apenas para as contravenções penais e pode ser cumprido nos regimes semi-aberto ou aberto.

Em relação ao regime de cumprimento da pena, o artigo 33, parágrafo 1º estabelece as seguintes normas, podendo ser as mesmas realizadas em:

- Regime fechado: a execução da pena se dá em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- Regime semi-aberto: o sentenciado cumpre a pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;

- Regime aberto: a pena é cumprida em casa do albergado ou estabelecimentos adequados, ou seja, o sentenciado trabalha fora durante o dia e à noite se recolhe ao albergue.

## 2.5 Objetivos

As penas podem ser diferenciadas das demais sanções pelas suas finalidades principais. A primeira tendo a intenção de retribuição, onde o infrator deve sofrer as consequências dos seus atos, remindo suas faltas pelo sofrimento equivalente ao que causou a terceiro.

Já a segunda, tendo o intuito preventivo, ou seja, com o objetivo de evitar o crime e também servindo de exemplo para a sociedade para evitar que o condenado venha a cometer novos delitos. Portanto, pode-se determinar pena como uma sanção aflitiva estabelecida pelo Estado ao autor de um delito, cujo intuito é o desestímulo do cidadão a praticar um crime, ou procurando impedi-lo do cometimento de outros crimes e também reintegrá-lo na sociedade. Como afirma Delmato, quando diz que:

Pena é a imposição da perda ou diminuição de um bem jurídico previsto em lei e implicado pelo órgão judiciário a quem praticou ilícito penal, ela tem finalidade retributiva, preventiva e ressocializadora. Retributiva, pois impõe um mal (privação de um bem jurídico) ao violador da norma penal. Preventiva, porque visa a evitar a prática de crimes, seja intimando a todos, em geral, como exemplo de sua aplicação obstar que ela volte a delinquir. E ressocializadora, porque objetiva a sua readaptação social.

Diversas são as teorias que informa a aplicação da pena. As absolutas vêem na pena uma espécie de vingança: pune porque delinqüiu.

Já os relativistas vêem na pena um caráter retributivo: pune para que não volte a delinquir.

Na teoria mista, associam a vingança à retribuição: pune porque delinqüiu e para que não volte delinquir.

A aplicação da pena é calcada no binômio “reprovação + prevenção”, ressaltando daí o caráter retributivo, sob o aspecto de prevenção geral e prevenção especial.

A prevenção geral realiza-a pelo fato de que a pena cominada abstratamente na norma, por si só, exerce na coletividade uma função intimidativa, a afastar os estímulos à delinquência.

A prevenção especial, como vantagem da pena revela-se em função da pessoa do delinquente, e exercendo uma medida repressiva, como o estabelecimento de uma situação aflitiva decorrente do confinamento carcerário e ou da prestação de fato útil, impede o indivíduo de tornar a delinquir.

Ao nosso entendimento de que delito é conduta típica, anti-jurídica, punível segundo a Lei Penal, posicionamo-nos ainda no sentido de que a pena revela-se como meio hábil de realização da punibilidade inscrita por necessidade do bem comum, incidente onde outros meios de tutela jurídica não realizariam o equilíbrio social, sendo a reprovação e a prevenção do crime ideal ético objetivado quando da aplicação.

### **3 - DAS PENAS ALTERNATIVAS**

#### **3.1 Origem**

As penas alternativas surgem, nesse cenário atual, como meio de transformar a estrutura do sistema carcerário, porque possibilita uma nova maneira de se aplicar pena, sem que seja a privativa de liberdade.

Porém, o Estado precisa reestruturar o seu sistema carcerário para que os infratores que venham a cumprir a pena privativa de liberdade encontrem condições de recuperarem-se, pois estes voltarão a conviver na sociedade e há necessidade de que elas sejam recuperadas nesse período.

Ao longo da história da humanidade, a repressão aos delitos tem apresentado diversas matrizes, sem, contudo, ter alcançado resultados capazes de diminuir a criminalidade a patamares aceitáveis.

Em contraposição às penas privativas de liberdade, surgem as penas alternativas, devendo estas, substituírem aquelas, que privam o acusado da liberdade, desde que em concordância com requisitos básicos legais.

Em 18 de junho de 1906, o Deputado Federal Esmeraldino Bandeira, apresentou à câmara dos Deputados, Projeto de Lei regulando a suspensão condicional da pena, contudo esse projeto caiu no esquecimento, e somente 18 anos mais tarde, o legislador brasileiro sentiu necessidade de inserir o instituto jurídico de suspensão da pena. Após várias alterações no

projeto, finalmente em 06 de setembro de 1924 converteu-se no decreto nº 16.588, estabelecendo a condenação condicional em matéria penal, consagrando definitivamente a adoção do referido instituto em nossa legislação.

Em 1995, a lei que regula os juizados Especiais Criminais, mostrou a nova face do Direito Penal Brasileiro. Esta lei marcou nova era na execução penal, proporcionando uma expectativa de equilíbrio entre a resposta estatal e a recuperação dos infratores de menor potencial ofensivo. Disciplinou, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima ( art. 62 Lei 9.099/95).

Mediante as novas medidas governamentais dos magistrados brasileiros na reestruturação da execução penal ainda há muitos fatos a serem revisados. Dentro desse contexto Cezar Roberto Bitencourt<sup>11</sup> esclarece de modo eloquente seu ponto de vista e assim preceitua:

[...] em meio a uma política de exacerbação punitiva, nos anos noventa, surge a lei que regula os juizados Especiais Criminais e, entre outras medidas progressistas, 'redescobre' a vítima como protagonista passiva do fenômeno sócio criminal, que deve ter seus danos valorados e ressarcidos dignamente, atribuindo-lhe extraordinária importância, tornando prioritária a obrigação de reparar o dano em relação à composição penal. Finalmente o Direito Penal volve seus olhos míopes, ainda que tardiamente, para a desventurada vítima, pois como destacam Garcia – Pablo e Luiz Flávio. “O crime é visto como mero enfrentamento entre o seu ator e as leis do Estado, esquecendo-se que sua base há, em geral, um conflito humano que gera expectativas outras bem distintas e além de mera pretensão punitiva estatal.

Esta lei também contempla a prestação pecuniária como pena de reparação de dano, e a modalidade de prestação de outra natureza, ainda que de forma implícita na prestação de serviços à comunidade e nas cestas básicas.

Também são as penas alternativas examinadas em legislação especial. Assim as penas restritivas de direito são previstas: no Código de Trânsito (art.292 da Lei 9.503/97); na Lei de Crimes Ambientais (art 7º a 13 da Lei 9.605/98); no Código de Defesa do Consumidor (art.78 da Lei 8.078/90).

---

<sup>11</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Novas penas alternativas**. São Paulo: Saraiva, 1999.p.22

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLVI, já previa a adoção das seguintes medidas: privação ou restrição da liberdade; perda de bens; multa; prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos. Esse artigo proporcionou sustentação constitucional permitindo ao legislador a criar ou expandir o rol das penas alternativas.

Conforme os relatos acima expostos, pode-se afirmar que foi a partir dos ideais liberais dos filósofos iluministas e dos princípios norteadores das Regras de Tóquio<sup>12</sup> que as penas alternativas à prisão surgiram.

### 3.2 Conceito

Sobre as penas alternativas, transcrevemos o elucidativo ensinamento de Fernando Capez<sup>13</sup> :

Penas Alternativas: Constituem toda e qualquer opção sancionatória oferecida pela legislação penal para evitar a imposição da pena privativa de liberdade. Ao contrário das medidas alternativas, constituem verdadeiras penas, as quais impedem a privação da liberdade. Compreendem a pena de multa e as penas restritivas de direitos.

E continua:

Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro: com a nova legislação, amplia-se um pouco mais o novo modelo de jurisdição consensual e alternativa, inaugurando em 1995 com a Lei dos Juizados Especiais Criminais, em oposição ao modelo penal clássico, cuja eficiência estava fundada na difusão do medo coletivo da sanção penal (prevenção geral), pela convicção de que, quanto mais severa a repressão, maior a inibição à prática delituosa. Posteriormente, sobreveio a Lei nº 9605/98, que definiu os crimes contra o meio ambiente, a qual, em seu artigo 8º aumentou o rol das penas restritivas de direitos aplicáveis aos delitos nela tipificados. É certo que, por um lado, o modelo penal clássico já contava com medidas alternativas despenalizadoras tais como livramento condicional, sursis, remição de pena, multa substitutiva etc.; no entanto, não pode negar que a Lei nº 9714/98 caracteriza a adoção de um compromisso ainda maior com um novo e alternativo modelo penal, o qual passará a conviver lado a lado com o sistema tradicional ainda vigente.

Finalmente conclui:

---

<sup>12</sup> Preocupa-se sobremaneira com a ressocialização do criminoso e com a proteção da sociedade durante o penoso processo ressocializante.

<sup>13</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. Volume 1 (art.1º a 120).7.ed. rev. e atual. São Paulo; Saraiva, 2004. p. 364-366-367.

Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade, para incidência do sistema alternativo.

- a) Infrações de lesividade insignificante: acarretam a atipicidade do fato, uma vez que não é razoável que o tipo penal descreva como infração penal fatos sem absolutamente nenhuma repercussão social.
- b) Infrações de médio potencial ofensivo: menor potencial não se confunde com lesividade insignificante. São os crimes punidos com pena de até um ano de prisão e todas as contravenções, os quais são beneficiados por todas as medidas consensuais despenalizadoras da Lei dos Juizados Especiais.
- c) Infrações de médio potencial ofensivo: punidas com pena mínima não superior a um ano admitem a suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89, da Lei nº 9.099/95. São também os crimes culposos e os dolosos punidos com pena de até 4 anos, excluídos os crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, beneficiando-se com a aplicação de penas substitutivas.
- d) Infrações de grande potencial ofensivo: crimes graves, mas não definidos como hediondos – homicídio simples, por exemplo.
- e) Infrações hediondas: às quais se aplica o regime especial da Lei dos Crimes Hediondos.

Incidência do sistema penal alternativo: o sistema penal alternativo incide prioritariamente nos grupos intermediários (BeC). Mas isso não significa que não haja medida alternativa também nos grupos D e E: inclusive nas infrações hediondas, para as quais se prevê livramento condicional (Lei nº 8.072/90, artigo 5º).

Portanto averigua-se que não faz parte da regra geral, ainda que adotada a corrente denominada humanitária, conceder medida despenalizadora aos quem praticarem crimes hediondos e assemelhados, mesmo porque tal medida seria um verdadeiro contra-senso, afinal, não seriam suficientes para fazer valer as finalidades da pena, quais sejam, punir o criminoso e prevenir a prática de delitos bem como deixariam a sociedade desprotegida além de aumentar ainda mais o sentimento de impunidade que reina em nosso país.

Já no que se refere às condições por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, crime equiparado a hediondo por força do art. 2º da lei nº 8.072/90, incabível se torna também à substituição da pena privativa de liberdade por penas alternativas.

Conforme retro mencionado, o artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, dispõe que a pena aplicada aos condenados por tráfico ilícito de entorpecentes – crime assemelhado a hediondo – será cumprida integralmente em regime fechado, tornando consequência de tal regra o fato de que não poderá o meliante cumprir pena alternativa, afinal, deverá cumprir toda a pena no cárcere.

Ora, como poderá alguém cumprir pena em regime integralmente fechado e na mesma ocasião exercer penas restritivas de direitos? É certo que a lei vedou tal possibilidade, por ser

incompatível. Ainda deve ser ressaltado que é incompreensível como o sujeito ativo do crime de tráfico ilícito de entorpecentes possa preencher os requisitos previstos pelo artigo 44, III, do Código Penal, pois a personalidade do agente, os motivos e as circunstâncias do crime jamais indicariam a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos como suficientes para uma adequada resposta penal, afinal, trata-se, nada mais nada menos de crime equiparado ao hediondo pela Carta Magna.

No plano jurídico, a Lei 9714/98 alterou a redação do artigo 43 e SS do Código Penal, instituindo modalidades de penas alternativas à prisão, com a nomenclatura de “Penas Restritivas de Direitos”. Essa denominação, por si só, tem provocado inúmeras discussões, destacando que, as modalidades punitivas de liberdade (detenção e reclusão), penas restritivas de liberdade (prisão domiciliar, limitação do fim de semana e prestação de serviços à comunidade), penas restritivas de direitos (interdições e proibições) e penas pecuniárias (multa, perda de bens e valores).

Assevere-se que as penas alternativas previstas no artigo 43 e SS do Código Penal são autônomas e não acessórias, portanto, não podem ser aplicadas cumulativamente com a pena privativa de liberdade. Também por serem de natureza substitutiva, devem sempre prescindir de condenação à prisão. Não se deve misturá-las com as penas não-privativas de liberdade, que são sobrepostas de forma direta.

Além disso, com a Lei 9714/98, as penas alternativas à prisão deixaram de ser mera faculdade do magistrado e passaram a figurar como direito do condenado, se preenchidos os requisitos legais. Dessa forma, o juiz se encontra sempre obrigado a contemplar a aplicação de tais penas, devendo justificar, fundamentadamente, se decidir que a pena não é aplicável ao caso concreto, podendo a omissão, incidir na nulidade da sentença.

A base da sustentação da execução das penas alternativas se ajusta na defesa de políticas públicas com vistas ao controle social e a proteção dos direitos humanos.

Tipos assim de penas alternativas, constituem um grande avanço do direito penal moderno porque ao mesmo tempo em que pune a transgressão praticada, reintegra o condenado, dando-lhe a oportunidade de por meio do trabalho demonstrar suas aptidões profissionais e artísticas, as quais serão, certamente, aproveitadas após o cumprimento da



sanção, retirando da senda do crime o infrator e levando-o ao exercício consciente da cidadania.

### **3.3 Tipos de Penas Alternativas**

Em 25 de novembro de 1988, surgiu a Lei nº 9.714/98, que alterou alguns dos dispositivos do atual Código Penal e, de forma salientar, sobretudo, para acatar as exigências do Direito Penal moderno, foram indicadas novas penas alternativas.

O Código Penal contava apenas com seis penas substitutivas das privativas de liberdade, a saber: multa, prestação de serviços a comunidade, limitação de fim de semana, proibição de profissão, atividade ou ofício e suspensão de habilitação para dirigir veículo. Com o advento da nova lei, mais quatro penas foram implantadas no dito diploma legal, quais sejam, prestação pecuniária em favor da vítima, perda de bens e valores, proibição de freqüentar determinados lugares e prestação de outra natureza.

O assunto foi bastante polemizado, e como se vê, finalmente predominou o bom senso e a lógica há muito amparada pelos doutrinadores, que empreenderam luta incessante no sentido de se romper com o clássico sistema de pena de prisão. Assim, os condenados nas infrações que podem e devem ser punidas com formas menos agressivas de sanções, serão beneficiadas pela nova lei. Os benefícios atingirão de igual forma o erário público, uma vez que essas penas são menos dispendiosas, vez que acarretam menor custo na manutenção dos presídios.

A questão da impunidade levanta discussões acirradas sobre o tema. O legislador encontrou um modo de impedir que o condenado caísse na impunidade, revertendo à pena alternativa em privativa de liberdade, caso o condenado venha a descumprir a ordem judicial da sentença. Dispõe o artigo 68, do Código Penal que, para a aplicação da pena, o operador do direito atenderá numa primeira fase, os critérios do artigo 59 fixando, a pena base. Em seguida serão consideradas as circunstancias agravantes e as atenuantes e, num terceiro momento, as causas de aumento e diminuição.

Assim depois de finalmente fixada a pena privativa de liberdade é que será ela, atendendo a uma quarta etapa, substituída por restritiva de direito, desde que presentes os requisitos legais. Caso haja o não cumprimento, a pena será revertida, impondo-se ao condenado o cumprimento da reprimenda inicialmente imposta, evitando com isso a impunidade. Segundo Tailson Pires Costa<sup>14</sup>, *in verbis*:

É um novo caminho a ser percorrido por uma sociedade moderna em busca de uma rápida distribuição da justiça, com economia processual, em que juízes poderão se dedicar com maior disponibilidade de tempo à apreciação dos crimes de maior gravidade.

Todavia, ressalta-se que a pena de prisão não esta descartada do sistema. Muito pelo contrário, será reservada para os delitos graves, em que a periculosidade do agente é de grau acentuado, como por exemplo: homicídios, estupro, tráfico de drogas, roubo, seqüestro, etc. É também aplicada a infratores habituais, mesmo que sejam menos graves os delitos.

As chamadas penas alternativas são sanções autônomas que substituem as penas privativas de liberdade, não são acessórias, e não dependem da imposição da sanção penal e sua aplicação está condicionada à culpabilidade do réu, ao grau de censurabilidade de sua conduta.

Portanto o Projeto de Lei nº 2.684/96, elaborado e confirmado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária na sessão plenária de 29/10/1996, realizada na cidade de Curitiba (PR), elevou o número das penas alternativas para catorze, incluindo-se as multas já previstas em nossa legislação, com a denominação de restritivas de direitos. Todavia a Lei nº 9.714/98 vetou quatro penas alternativas previstas no Projeto de Lei, quais sejam, recolhimento domiciliar, advertência, submissão a tratamento e frequência a curso.

Assim o Código Penal, com as alterações da Lei nº 9714/98 passou a prever dez penas alternativas, a saber:

- Prestação pecuniária – consiste no pagamento à vítima, a seus dependentes ou a entidades públicas ou privadas, com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a um e nem superior a 360 salários mínimos.

---

<sup>14</sup> Costa, Tailson Pires. **Penas Alternativas: Reeducação adequada ou Estímulo à Impunidade?** São Paulo: Max Limoad, 2000.p.86.

- Perda de bens e de valores; conforme citado no art. 45 do Código Penal:

§ 3º. A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

- Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas - consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, sendo impostas conforme as aptidões do apenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixada de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

- Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo;

- Proibição de exercício de profissão, atividades ou ofício que dependem da habilitação oficial de licença ou autorização do Poder Público;

- Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo;

- Proibição de freqüentar determinados lugares;

- Limitação de fim de semana – compõe-se na obrigação de conservar-se, aos sábados e domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

- Multa – ao estabelecer esta pena o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu, podendo ter seu valor aumentado até seu triplo.

- Prestação inominada – situação em que, havendo consentimento do condenado, o juiz poderá fazer a substituição da prestação pecuniária em favor da vítima por qualquer prestação de outra natureza.

A pena alternativa a ser aplicada depende da apreciação de elementos objetivos e pessoais do sentenciado, bem como de segurança de sua efetiva execução. As penas alternativas são condicionais, isto é somente poderão ser aplicados se os condenados realmente cumprirem as obrigações que lhes foram impostas.

### **3.4 Objetivos**

Os objetivos das penas alternativas são atender e acompanhar os sentenciados durante o tempo de sua pena, no sentido de proporcionar-lhes condições de refletirem sua realidade e seu delito, buscando auxiliá-los no convívio social e no exercício da cidadania. Vem com sua prática um processo educativo que permita ao sentenciado, reeducando, a um só tempo, ressarcir a comunidade lesada pelo delito e comprometer-se com novas atitudes enquanto membro dessa comunidade.

As Penas Alternativas foram lançadas no sistema do Código Penal através da Lei n. 7.209/84, objetivando precipuamente a ressocialização do indivíduo que delinqüiu, reintegrando-o no contexto social com maior celeridade, evitando as penas privativas de liberdade de pequena duração, uma vez que o curto confinamento em nada vinha contribuindo na recuperação do condenado pelas deficiências do sistema carcerário.

Assim na reforma do Código Penal, operada pela Lei n. 7.209/84 foram instituídas as penas alternativas como substitutivas das privativas de liberdade que não ultrapasse quatro anos ou, ultrapassando, resulte de crime culposos, isso se deu para afastar a hipótese de pena privativa de liberdade de curta duração.

O artigo 44 do Código Penal lista os requisitos necessários e indispensáveis para que o juiz possa levar a efeito a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, são requisitos considerados cumulativos, ou seja, todos devem estar presentes para que se possa realizar a substituição.

Para uma melhor compreensão deste tópico, transcrevemos o art. 44, incisos I, II e III, e § 3º, sobre o escalonamento das penas restritivas de direito conforme a pena aplicada; art.

44, § 2º; e sobre a conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade; art. 44, §§ 4º e 5º. do Código Penal, *in verbis*:

Art.44. As penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

III - A culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja eficiente.

§ 1º. (VETADO)

§ 2º. Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

§ 3º. Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

§ 4º. A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

§ 5º. Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.

Para aplicação das penas alternativas, é condição indispensável que se façam presentes os requisitos de ordem objetiva, bem como os de ordem subjetiva.

Requisitos objetivos:

- Quantidade de Pena Aplicada – pena não superior a quatro anos, reclusão ou detenção, independentemente da natureza do crime doloso ou culposos, e pode ser substituída por pena restritiva de direito.

- Natureza do crime cometido – privilegia-se os de natureza culposa, pois estes, permitem a substituição da pena privativa de liberdade independentemente da quantidade de pena aplicada. Ressalva-se que a pena superior a um ano de prisão a substituição deverá ser por um ano de restritiva de direito, cabível na espécie e multa ou então por duas penas restritivas de direito desde que possam ser executadas simultaneamente. Quando a condenação não for superior a um ano de prisão, esta poderá ser substituída por pena de multa;

- Modalidade de execução – sem violência ou grave ameaça à pessoa. A ampliação do cabimento das penas alternativas, para pena superior a 4 anos, recomendou que se ampliassem os requisitos necessários. Passa-se a considerar aqui não só a validade do resultado, mas fundamentalmente o valor da ação que nos crimes violentos é sem dúvida muito maior e consequentemente seu autor não deve merecer o benefício da substituição.

#### Requisitos Subjetivos:

- Réu não reincidente no crime doloso – em tese os casos de reincidência são inaplicáveis às penas restritivas de direito. A lei 7.209/84 não faz distinção entre reincidência do crime doloso ou culposo, hoje com a lei 9.714/98 somente a reincidência em crime doloso em princípio, impede a substituição. Dessa forma, aumentou-se a liberdade: basta que um dos crimes seja culposo assim não haverá reincidência dolosa;

- Prognose de suficiência da substituição – Os critérios para a avaliação da suficiência da substituição são representados pela culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do fato, todos previstos no art. 44 III do CP.

Diante do fato de serem as penas alternativas autônomas e substituírem as privativas de liberdade, entendendo-se estas nas modalidades de reclusão, detenção e prisão, como fator de ordem, necessária faz-se primeiro a sua aplicação na sentença e tratando-se de crime doloso que não seja superior a 4 (quatro) anos.

No segundo inciso do artigo 44 do Código Penal, expõe como a pena poderá ser substituída se encontrar dentro do prazo de quatro anos e se não for praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. O legislador assim dispôs para poupar os crimes de menor valor, daqueles que merecem maior proteção do direito, como no acontecimento dos crimes violentos, pois, estes causam maiores consequências à vítima, assim sendo, não fazem jus à substituição, portanto, poderá ocorrer a substituição por qualquer quantidade de pena privativa de liberdade aplicada, desde que presentes circunstâncias pessoais favoráveis (art. 44 inciso I e § 2º, CP).

Outro pressuposto da substituição é a não reincidência do réu, pois, em tese, as penas restritivas de direitos são empregáveis em casos de reincidência que derivam de crimes

dolosos. Todavia a reincidência em crime doloso não é em todo um empecilho para a permuta, visto que a redação da Lei 9.714/98, dispõe que se a medida for socialmente estimável, poderá o juiz outorgar a mudança, desde que a reincidência não tenha operado em virtude do mesmo crime, ou seja, quando não se tratar de reincidência específica, como determina o § 3º do artigo 44 do Código Penal.

Atualmente o reincidente pode beneficiar-se da substituição, pois a nova lei vedou o benefício apenas ao reincidente em crime doloso. Dessa forma, somente aquele que, após ter sido definitivamente condenado pela prática de um crime doloso, que venha a cometer novo crime doloso fica impedido de beneficiar-se da substituição. Se, entre a extinção da pena do crime doloso, anterior à prática do novo delito doloso tiver decorrido mais de cinco anos, o condenado fará jus à substituição não subsistindo a vedação, que se denomina o chamado período depurador, também conhecido como prescrição quinquenal da reincidência.

É necessário para a substituição que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias, indiquem que a substituição é suficiente. Esses critérios são examinados cuidadosamente para que não haja arbitrariedade na substituição das restritivas de direitos.

Essas circunstâncias pessoais que também devem ser observadas na fixação da pena-base, é que vão dar a medida da conveniência da substituição. Se forem elas favoráveis ao condenado, deve o juiz efetuar a substituição. Se, entretanto, demonstrarem incompatibilidade com a convivência social harmônica, deve ser denegado.

A culpabilidade do infrator se acopla com o elemento subjetivo do crime, conferindo se o crime foi cometido com culpa ou dolo. Se com culpa, comprova que o agente não tinha o intuito de produzir o resultado. Enquanto, que na conduta dolosa, na acepção legal, é quando o infrator quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

Neste sentido, apura-se se o dolo foi direto ou eventual. Sendo direto, expressa que o agente na ocasião da prática do crime a sua pretensão era de obter o resultado, independentemente de sua realização ou tentativa, como por exemplo, o infrator que atira com uma arma de fogo em outrem com intenção de matar. No dolo eventual, embora a finalidade do agente não fosse a de produzir o resultado, este assumiu o risco de ocasionalmente

produzi-lo, como por exemplo, o autor que brinca de “roleta russa” com seu amigo e acaba por acertar-lhe um tiro.

É importante conhecer os antecedentes para ter uma base de quando se deve ou não aplicar as penas alternativas, pois, com base nas informações dos antecedentes do acusado, o juiz poderá decidir se o criminoso é reincidente e se tem o costume de praticar delitos com frequência ou se tem uma personalidade delinqüente.

A conduta social e a personalidade do infrator também devem ser consideradas, ou seja, como se comporta na sociedade e no meio em que vive, o grau de periculosidade que este oferece no convívio social junto com seu nível de agressividade e qualidades morais. Isto serve como base para que o juiz verifique se a substituição será socialmente recomendável, caso contrário o juiz de acordo com o comportamento social do agente poderá fazer a dosimetria da pena, a fim de individualizar seu agente e em relação à gravidade do ato criminoso.

Da mesma maneira os motivos e circunstâncias do crime também devem ser examinados, para conferir se realmente há possibilidade de suprir as penas privativas de liberdade pelas restritivas de direitos.

Através dos motivos do crime distingue-se o perfil psicológico do criminoso, com o intuito de saber se este agiu por motivos depravados, egocêntricos, se por cobiça, ódio, por piedade, ou em razão de necessidade. Averiguando-se os motivos, a razão por que se originou e o resultado do crime, também se define a culpa do agente.

Assim fazendo-se presentes simultaneamente, no momento da sentença, todos os requisitos exigidos pela lei, torna-se um direito penal público subjetivo do condenado em ter substituída à pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Depois de calculada a quantidade de horas a ser cumprida como pena pelo réu, cabe mencionar o período de sua duração. Via de regra, a pena restritiva de direitos tem a mesma duração da privativa de liberdade, disposição dada pelo Art. 55 do CP: “ *As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída,ressalvado o disposto no § 4o do art. 46.*”\_Entretanto, este



artigo faz uma ressalva, referindo-se ao § 4º, do art. 46, do mesmo Diploma Legal, permitindo que o cumprimento de pena alternativa seja feito em menor período.

Acrescentado através da Lei 9714/98, o § 4º, do art. 46, possibilitou ao condenado a prestação de serviços à comunidade ou entidade pública com pena superior a 1 (um) ano e que não exceda a 4 (quatro) anos, cumpri-la em menor tempo, mas nunca inferior à metade da quantidade substituída.

Art. 46 – A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

§ 1º. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

§ 2º. A prestação de serviços à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

§ 3º. As tarefas a que se refere o §1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

§ 4º. Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

O legislador institui que os serviços gratuitos prestados pelo condenado ocorram junto à comunidade e a entidades públicas, podendo ser realizadas em entidades assistenciais, escolas, hospitais, orfanatos e outros estabelecimentos do mesmo gênero em programas comunitários ou estatais. Permanece o mesmo critério onde os serviços são compatíveis com as habilidades do sentenciado. Embora as entidades públicas "assistenciais" já se encontrarem incluídas, no sistema anterior, (estabelecimentos congêneres), com a nova redação, se aceita claramente que os sentenciados à pena de prestação de serviços a cumpram em quaisquer estabelecimentos estatais, bem como serviços de limpeza urbana, repartições públicas e outros.

Uma importante mudança foi inserida na forma de cumprimento da prestação de serviços. Adverso do sistema anterior, que previa a execução da pena durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, desde que não prejudicasse a jornada normal de trabalho, o novo documento apenas estabelece a efetivação da pena em razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de forma a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

As penas restritivas apresentam a mesma duração das penas privativas de liberdade substituídas. No entanto, segundo a nova redação, se a pena substituída for superior a um ano, facilita ao condenado desempenhá-la em menor tempo, desde que não seja inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

Seguindo esta linha de raciocínio, temos que a principal finalidade foi o de apresentar uma nova oportunidade aos condenados, antes de partir para a solução de enviá-los ao mundo humilhante da prisão, devendo esta se designar aos criminosos perniciosos.

As penas alternativas almejam restaurar os propósitos finalistas da pena, deixando de castigar o condenado para recuperá-lo e reintegrá-lo a sociedade, visto que a cela é uma tortura moral que provoca inúmeras reações negativas ao condenado, caminhando em direção oposta aos princípios reabilitadores.

## **4 - DA EXECUÇÃO PENAL**

### **4.1 Natureza**

Sabe-se que as penas privativas de liberdade são impostas e devem ser cumpridas, e são definitivamente tidas como espinha dorsal do sistema penal. Estudiosos afirmam que a situação carcerária brasileira tem sido um dos problemas sociais contemporâneos mais complexos, ou seja, tem funcionado como se fosse uma bomba relógio, prestes a explodir.

De acordo com Ada Pellegrini Grinover, o panorama dos sistemas de execução penal foi assim resumido:

Quando o Estado chamou a si as duas etapas da repressão criminal, alguns sistemas confiaram a execução ao juiz, outros a órgãos do Poder Executivo, como o Ministério Público. Exemplo do primeiro sistema é o da Alemanha; do segundo é o da França. Eclético é o sistema italiano, onde a iniciativa do processo de execução é atribuída ao magistrado ou ao Ministério Público, e a regularidade do processo de execução ao órgão jurisdicional.<sup>15</sup>

Sabendo que os assuntos da violência, da criminalidade e o colapso do sistema prisional não têm encontrado fronteiras, vem atingindo não só os países do terceiro mundo como também, os países do considerado primeiro mundo.

Percebe-se que até agora, nenhum país conseguiu apresentar um sistema prisional que consiga estancar os problemas adivinhos da fixação das penas privativas de liberdade, uma vez que a mesma não tem contribuição para diminuição dos crimes e da violência urbana.

---

<sup>15</sup> Ada Pellegrini Grinover. Natureza Jurídica da execução penal, in Novas Tendências do direito processual, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990, p. 263.

Leal<sup>16</sup> afirma que:

Não há dúvidas quanto ao fato de que já é tempo de romper o silêncio conivente, a insensibilidade banalizadora, de que a lei deve ser aplicada com o rigor necessário; de que é imperioso garantir a execução da pena, com integral respeito aos direitos humanos dos enclausurados. O que se questiona é a postura dos que sinalizam como única via de combate à criminalidade aquela revestida da exasperação das penas, do encarceramento em abundância, da diminuição da idade da responsabilidade penas de 18 para 16 anos.

Tem-se a convicção da gravidade do caso, mostrando-se muito injusto, pois o homem segregado deveria perder somente a liberdade e nada mais, como pode se observar no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, que estabelece garantias explícitas para proteção da população carcerária, assegurando aos presos a dignidade humana que, pelo fato da condenação, jamais pode ser perdida:

Art.5º, III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;  
(...)  
Art. 5º, XLVII – não haverá penas:  
a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XLX;  
(...)  
e) Cruéis:  
Art.5º, XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimento distinto, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;  
Art.5º, XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

De igual forma, em que pese promulgada anteriormente à Carta Magna, a lei de Execução Penal logo em seu artigo 1º demonstra que seu foco não é a punição, mas sim a ressocialização das pessoas condenadas, cujo objetivo vê-se confirmado por vários outros dispositivos, que resguardam inúmeros direitos aos presos, tais como alimentação, vestuário, educação, trabalho, assistência médica, jurídica e social.

Contudo, mesmo diante de vasto número de direitos e garantias, a realidade carcerária desvia-se destes ideais legais e constitucionais.

Tem-se clareza de que a pena de prisão objetiva punir, prevenir e ressocializar o indivíduo para que este reúna as condições de ser inserido na sociedade e não voltando a delinquir. Observa-se que para alcançar esses objetivos faz-se necessário que o Estado invista

---

<sup>16</sup> LEAL, César Barros. Prisão: crepúsculo de uma era. – 2.ed.rev.e atual.- Belo Horizonte:DelRey, 2001.p.156.

nos estabelecimentos carcerários promovendo reformas significativas tanto na infra-estrutura do prédio e no quadro funcional, como também no desenvolvimento de programas educativos e sociais voltados para a ressocialização dos presos condenados, pois só assim os problemas ocasionados pela aplicação da pena privativa de liberdade tendem a ser diminuídos.

Nesse prisma, os problemas enfrentados pelo Sistema Penitenciário não conhecem fronteiras quanto ao crime organizado, promiscuidade, tráfico ilícito de entorpecentes, aliciamento e corrupção dos agentes carcerários, além da superpopulação, rebeliões e a conseqüente falta de regeneração do apenado.

## **4.2 Princípios**

Analisando a evolução da pena é possível observar que sua meta, sofreu mudança ao longo do tempo. Inicialmente sendo vista apenas como retribuição do mal, hoje lhe é acrescentado um teor intimidativo e ressocializador.

Sabe-se que a pena de privação de liberdade no Brasil não é tão antiga, sua origem remonta o Código Criminal do Império, sendo utilizada, inicialmente, como um instrumento de custódia provisória do infrator enquanto o processo se desenvolvia, e também como forma de punir os infiéis da igreja como pena de penitência. Muitas mudanças ocorreram, pois no passado, estudiosos mostram que as verdadeiras penas eram de morte, mutilação, confisco, trabalho forçado e outras que causassem dor e sofrimento aos que crimes cometiam.

Observa-se que a pena tornou-se mais humana, passando dos graves castigos e da pena de morte, período marcado pelo poder da igreja e dos reis ou monarcas que julgavam os crimes de acordo com entendimento e necessidades da época, para as penas privativas de liberdade, restritivas de direito e multa, que se observa na atualidade sendo impostas de acordo com as leis, não perdendo de vista características como a legalidade, personalidade e inderrogabilidade.

A pena de prisão não é apenas um meio de afastar aquele que cometeu um crime do convívio social, deve ser também uma forma de recuperação e ressocialização. Entretanto, pela falta de estrutura do Estado, percebe-se que este sistema se tornou falho não atendendo

aos fins propostos, restando uma divergência muito grande entre a execução da pena e seus fins, como pode ser observado na citação de Kaufmann<sup>17</sup>, quando ele afirma que:

[...] o preso é incapaz de viver em sociedade com outros indivíduos, por se compenetrar tão profundamente na cultura carcerária, o que ocorre com o preso de longa duração. A prisionização constitui grave problema que aprofunda as tendências criminais e anti-sociais.

Se trata de um processo jurisdicional cuja finalidade é tornar real a intenção punitiva do Estado, envolvendo, ainda atividade administrativa. Neste ponto de vista, está o posicionamento de Ada Pellegrini Grinover<sup>18</sup>, para quem:

A execução penal é atividade complexa, que se desenvolve, entrosadamente, nos planos jurisdicional e administrativo. Nem se desconhece que dessa atividade participam dois poderes estatais: o Judiciário e o Executivo, por intermédio, respectivamente, dos órgãos jurisdicionais e dos estabelecimentos penais.

#### **4.3 Objetivos da Execução Penal**

Para que a recuperação do criminoso aconteça é preciso que existam certas condições, tais como: uma instituição penitenciária idônea, funcionários capacitados e é necessário que a capacidade da unidade não seja extrapolada. É importante também que haja uma pena condizente com o ato cometido: a pena privativa de liberdade não deve ser a solução para todos os casos. Busca-se uma pena justa que servirá de exemplo às outras pessoas que pretendem agir ilicitamente.

A lei de Execução Penal define regras específicas do processo de execução das penas, ampliando direitos e garantias dos condenados, mas a falta de estruturação do Estado, que hoje tem o poder de mando, com relação à manutenção dos estabelecimentos penitenciários responsáveis pela execução de pena, não tem garantido a eficácia das determinações do diploma legal.

---

<sup>17</sup> FERNANDES, Emanuella Cristina Pereira. O desvirtuamento do caráter ressocializador das penas privativas de liberdade. Jus Navegandi. Teresina, a. 4, n. 3, 1999, in: Internet.<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=955>.

<sup>18</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. "Natureza jurídica da execução penal." In: Execução Penal Coordenação (Ada Pellegrini Grinover e Dante Busana),. São Paulo: Max Limonad,1987.p.27

Pelo exposto, mostra-nos que a regra mínima de tratamento aos presos tem sido na prática solenemente desconsiderada, portanto, não tem permitido que os estabelecimentos carcerários cumpram sua função, que é a de regenerar e ressocializar.

Dados mostram que tem acontecido o contrário, hoje a prisão não regenera nem ressocializa nenhum condenado, pois o sistema perverte, diploma, corrompe, humilha, embrutece, deixa-os piores do que quando entraram, ou seja, é uma escola onde se diploma o profissional do crime, uma vez que na maioria das penitenciárias a promiscuidade, a ociosidade e a superlotação contribuem para essa diplomação.

A pena empregada ao condenado que praticou uma ação ilícita pode vir a obter vários resultados, pois ao mesmo tempo em que pune o indivíduo pelo ato cometido também já o reeduca a fim de que seja reincorporado à sociedade de modo que não volte cometer os mesmos erros novamente. Outro ponto que pode ser considerado efeito da pena é de servir de exemplo, isso devido outros indivíduos vendo a punição do ato ilícito não venham caminhar no mesmo caminho dos delinquentes, além de proteger a sociedade, a fim de que o Estado, único titular do direito de punir, aprisione qualquer sujeito capaz de desestabilizar a paz pública e o bem comum.

Assim sendo, para que a pena imposta pelo estado atinja suas finalidades, esta deve estar coberta de notável descrição, a ponto de que ela exerça sua função sem precisar ser injusta, supérflua ou cruel. Com este pensamento, o ser humano, ao longo de seu progresso, chegou à conclusão de que "enjaular" uma pessoa e submetê-la a penas extremamente rígidas e cruéis não era o suficiente para restringir os crimes – O sistema de "vingança institucionalizada" não rendeu os efeitos esperados.

Mesma visão tem BECCARIA<sup>19</sup>, conforme descreve em seu texto "Dos Delitos e das Penas": *"Os castigos têm por finalidade única obstar o culpado de tornar-se futuramente prejudicial à sociedade e afastar os seus concidadãos do caminho do crime"*.

O autor também descreve os perigosos efeitos que poderão surgir caso as penas sejam impostas de maneira desigual: *"Quanto mais terríveis forem os castigos, tanto mais cheio de*

---

<sup>19</sup> BECCARIA, Cesare, **Dos delitos e das penas**. São Paulo : Madra Editora, 2002

*audácia será o culpado em evitá-los. Praticará novos crimes, para subtrair-se à pena que mereceu pelo primeiro".*

Realmente, o tratamento que o sistema carcerário oferece à maioria dos condenados é incontestavelmente inadequado, obtendo um resultado ordinário quanto à recuperação dos apenados. Manter essas instituições de “correções” exige gigantescos recursos que poderiam ser aplicados em instituições que melhor serviriam à população, bem como hospitais e escolas.

Por isso existem casos em que o melhor caminho a ser seguido não é a reclusão e sim as penas alternativas: como prestação de serviços à comunidade, doação de alimentos aos necessitados, enfim, penas que não retiram o condenado do meio social, assim diminuindo sensivelmente a superlotação das penitenciárias que hoje é tormento para a sociedade.

#### **4.4 Execução Penal no Brasil**

O processo se delonga demasiada e lentamente, por culpa do abarrotamento do Judiciário, a começar pela incompetência judiciária de mandar embora aqueles que eles prenderam, muitas vezes até sob suspeita, sem se ter certeza de que de fato cometeram crimes.

Segundo o artigo 61 da Lei de Execuções Penais, são órgãos responsáveis pela sua execução:

- O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, subordinado ao Ministério da Justiça, composto com o objetivo de propor diretrizes da política criminal em relação à prevenção do delito, à administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança;
- O Juízo da Execução, responsável pela aplicação dos casos julgados;
- O Ministério Público, com o objetivo de fiscalizar a execução da pena;
- O Conselho Penitenciário, órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena;
- O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;



- O Departamento Penitenciário Local, tendo por finalidade supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais da unidade da Federação a que pertencer;
- O Patronato público ou particular destinado a prestar assistência aos albergados e aos egressos; e
- O Conselho da Comunidade, com o objetivo de fiscalizar as unidades penais de cada Comarca.

Observa-se que com a “*desfederalização*” do Direito Penal, o sistema prisional, a justiça e o sistema policial estão organizados em patamares estaduais de forma que cada governo tem um determinado grau de autonomia na introdução de reformas sobre a manutenção de presídios, cadeias, financiamento, pessoal, questões disciplinares e investigação de possíveis abusos de poder e econômicos.

A implantação de políticas públicas de execução penal no Brasil ficou sob incumbência de cada estado. Em função disso, devido à diversidade cultural, social e econômica de cada cidade, a realidade penitenciária brasileira é muito heterogênea, variando de região para região, de estado para estado e, na maioria das vezes, de unidade penal para unidade penal. É importante ressaltar que embora a realidade política e administrativa do sistema penal brasileiro sejam diversa, em contraposição, a realidade do seu interno penitenciário é bastante homogênea, sendo que em sua grande maioria são pobres, negros (afro-descendentes), com pouca formação escolar, estavam desempregados quando foram presos e viviam nos bolsões de miséria das cidades (CARVALHO, 2003, p. 23)<sup>20</sup>.

Dessa forma, constata-se que o sistema penitenciário é gerenciado geralmente pelas Secretarias de Estado de Justiça de cada estado, sendo administrado diretamente por um Departamento de Penitenciários que responde pelas Unidades Penais. Em determinados casos, tais como nos estados do Norte e Nordeste, por exemplo, as Secretarias não possuem estes Departamentos, sendo cada Unidade Penal responsável pela sua política carcerária de execução penal. Ressalta-se que alguns estados brasileiros não possuem uma estrutura complexa para gerenciar a execução penal, porque administram um quantitativo pequeno de internos em relação às grandes metrópoles.

---

<sup>20</sup> CARVALHO, S. **Pena e Garantias**, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Em contraposição, em outros estados, como Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, possuem além destes Departamentos, instituições públicas ou divisões que respondem por diversas ações na execução penal.

O Rio Grande do Sul é detentora da quarta maior população carcerária do Brasil com aproximadamente 15 mil presos, sendo o mesmo um dos estados pioneiros na discussão das políticas de execução penal no Brasil, vindo a investir, já há algum tempo, em uma "cultura" alternativa à pena de prisão, que diferencia o tipo de infrator e a sua infração, adequando a pena a cada caso específico. Para eles, as sanções alternativas podem representar o caminho para a integração do infrator à sociedade, evitando os efeitos perniciosos da prisão. Dentre elas, a que considera a ocupação, pelo trabalho qualificado, em resposta ao ócio improdutivo e desumanizador.

Da mesma forma, inovadora, busca a prática da remição pelo ensino à distância, como a troca de um dia de pena por cada dezoito horas de estudo, equiparando-o ao trabalho.

#### **4.5 Perfil do Preso Brasileiro**

A crise que nosso Sistema Penitenciário vem atravessando é resultado de um longo processo de descaso, Segundo Coelho<sup>21</sup>:

A nossa realidade é arcaica, os estabelecimentos prisionais, na sua grande maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer jaulas) sujas, úmidas, anti-higiênicas e super lotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé.

O Sistema Penitenciário Nacional, ao contrário de ser uma instituição reservada a reeducar o criminoso e prepará-lo para o retorno a sociedade, é um estabelecimento de horror, de amargura e terríveis castigos.

---

<sup>21</sup> Daniel Vasconcelos Coelho. A crise no sistema penitenciário brasileiro. [on line]. Disponível em: <<http://neófito.com.br/artigos/penal134.htm>>. Acesso em 2 de agosto de 2004, p. 01

Está longe de ser uma instituição ressocializadora, as prisões tornaram-se indústrias do crime, onde os presos altamente perigosos tornam-se criminosos profissionais, frios e incapazes de se reintegrarem a sociedade.

Há um grande espaço entre a Lei de Execução Penal e a execução prática da realização da pena, conforme define Roberto Lyra que escreveu na Justificação do Anteprojeto do Código das Execuções Penais, em 1963:<sup>22</sup>

Pela Constituição Federal, o juiz não pode aplicar pena, ainda pecuniária ou acessória, que lei anterior não cominou, mas o carcereiro (ou seu substituto) cria, aplica e executa penas ou agrava-as extremamente; inuma homens em solitárias (prisão dentro da prisão); condena-os à fome e à sede, priva-os de visitas e também de correspondência; confisca-lhes, indiretamente, o pecúlio e o salário; explora seu trabalho; isola-os em ilhas; concentra, em instantes de castigo, a perpetuidade da dor, da revolta e da vergonha. A Constituição proíbe que a pena passe da pessoa do criminoso. Entretanto, a família dele, a mais das vítimas, sofre todas as humilhações até a perdição e a miséria. O Poder Executivo, por meio do carcereiro e de seus subordinados, como que irroga penas, de plano e secretamente, ofendendo, mais do que os direitos constitucionais, os direitos humanos.

É crítica a realidade dos Sistemas Penitenciários brasileiros, que muitas vezes as penas internas são aplicadas por um conjunto de funcionários que na maioria das vezes são mal remunerados, com baixa formação e submetidos a condições precárias de trabalho, onde não há nenhum controle do Poder Judiciário.

O Juiz corregedor dos Presídios de Florianópolis, titular da 1ª Vara Criminal daquela Comarca, assim expressa seu parecer:

[...] de trinta em trinta dias, depara-se com as mesmas avaliações: falta de higiene, preso comum misturado aos reincidentes, mulheres convivendo com os homens... Já sou recebido de mau grado pelo Diretor da Cadeia, que me faz cara feia. Esses dias, fui obrigado a interditar o funcionamento de duas celas solitárias escuras, que, segundo o Diretor, eram necessárias para castigar os presos mal comportados. Mas que castigo é esse? Quem vive em uma cela pequena, com mais de cinco, ir para uma, sozinho, é presente. A única coisa ruim é a falta de ventilação e a falta de luz.<sup>23</sup>

Trata-se de uma confusão tão grande, que o tempo leva o preso a perder o significado de decência e honra que lhe resta. Ao invés do Estado proporcionar a reincorporação do

---

<sup>22</sup> Ela Wiecko V. de Castilho. Controle da Legalidade na Execução Penal: reflexões em torno da jurisdicionalização. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 67

<sup>23</sup> Idem, p. 126.

condenado ao meio social, age de modo inverso, instigando um processo de despersonalização, impedindo o desenvolvimento de valores.

A única conclusão possível é a de perceber que nada mais é tão tolerável do que o atual quadro penitenciário brasileiro: um gigantesco depósito de restos humanos e enormemente indesejados pelo corpo social. É uma estrutura que subtrai o que resta aos indivíduos em dignidade, acrescentando aos seus hóspedes, porção extra de desonra e infâmia. Ofereça-se, afinal, um pouco de esperança a esses cidadãos, com isso a resposta dos que querem impor maior rigor às penas, pode-se olhar com mais precisão a importância das penas alternativas.

Cada vez mais se aumenta a necessidade de se obter uma instituição penitenciária humana, que recupere realmente o preso, para que dessa forma a sociedade não sofra as consequências da revolta provocada pela degradação humana do preso como há muito vem acontecendo, onde os presos saem das prisões revoltados (muitas vezes, mais até do que quando entrou) não sendo nada raro, de que este volte à criminalidade pondo em prática o que aprendeu na penitenciária.

Diante desta realidade, onde as prisões são consideradas “escolas do crime”, faz-se necessário que se separem os presos de acordo com o crime cometido, dessa forma, não se corre o perigo dos criminosos de alta periculosidade tornarem-se professores dos de menor periculosidade na “escola do crime”. Esse parece ser o caminho para se recuperar os delinqüentes que tanto incomodam a sociedade, que, anestesiada, nem mais se assusta com as crueldades praticadas diariamente por todos os lados.

## **5 - DA RESSOCIALIZAÇÃO**

### **5.1 Aplicação e Efetividade**

A ressocialização não é o único e muito menos o principal objetivo da pena, mas sim, uma de suas finalidades. Destaca-se também que não se pode atribuir às disciplinas penais a responsabilidade de alcançar a total ressocialização do criminoso, ignorando a existência de qualquer outro programa do qual o Estado e a sociedade podem dispor para cumprir a finalidade socializadora, com a família, a escola, a igreja, etc.

Portanto, qualquer alteração que se faça no âmbito das penitenciárias não resultará grandes resultados, visto que se conservar a mesma estrutura do sistema, a prisão conservará sua função regressiva e estigmatizadora.

A ressocialização tem como objetivo a humanização do detento durante sua passagem na instituição carcerária, passando a focar a pessoa que cometeu seus erros como o centro da reflexão científica.

Adotar as penas restritivas de direito, as quais dependem em grande parte da autodisciplina e do senso de responsabilidade do sentenciado, era indispensável dotá-la de coercibilidade. Nada melhor do que a previsão da possibilidade de convertê-las em pena privativa de liberdade. A finalidade desta conversão nada mais é do que garantir o êxito das penas alternativas “preventiva”, com a ameaça da pena privativa de liberdade e repressivamente com a efetiva conversão no caso concreto, ficando em aberto uma forma de regressão própria do sistema progressivo.

Ou seja, se o condenado cumprir sua pena alternativa incorretamente, sendo faltando ou desrespeitando, qualquer que seja o descumprimento da pena, o infrator estará sujeito a terminar de cumprir sua pena dentro do sistema carcerário no sistema de pena privativa de liberdade.

O modelo ressocializador propugna, portanto, pela neutralização, na medida do possível, dos efeitos nocivos inerentes ao castigo, por meio de uma melhora substancial ao seu regime de cumprimento e de execução e, sobretudo, sugere uma intervenção positiva no condenado que, longe de estigmatizá-lo com uma marca indelegável, o habilite para integrar-se e participar da sociedade, de forma digna e ativa, sem traumas, limitações ou condicionamentos especiais.<sup>24</sup>

Alguns doutrinadores acreditam no julgamento de que a reintegração social abriria um procedimento de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, onde os detentos se identificariam na sociedade e a sociedade se reconheceria no preso.

Portanto, ao expor a importância das penas alternativas em nosso meio, vislumbrou-se a falência de nosso sistema penal embasado unicamente na punição pelo encerramento e em contra partida percebeu-se as inúmeras vantagens da aplicabilidade das penas alternativas, bem como pode se apresentar cada uma de suas modalidades e suas particularidades.

Alguns pensadores acreditam que o sistema penal que leva a introdução de um indivíduo à prisão, quase sempre não é eficaz na recuperação ou inclusão do mesmo na volta à sociedade. Isso fica claro na visão de Gilberto Ferreira<sup>25</sup>:

O sistema penitenciário de então, caótico, muito se modificou a partir de Beccaria e Howard. ganhou impulso com os adeptos da escola positiva e, mais recentemente, com o chamado movimento da Nova Defesa Social. Mas, está muito longe de atingir o seu ideal. Em realidade, está desorganizando, completamente falido.

Complementando esse pensamento Evandro Lins e Silva<sup>26</sup> assim Assevera:

A prisão é de fato uma mentirosa opção. O cativo das cadeias perpetua-se ante a insensibilidade da maioria, como uma forma ancestral de castigo. Para recuperar, para ressocializar, como sonharam os nossos antepassados? Positivamente jamais se viu alguém sair de um cárcere melhor do que quando entrou. E o estigma da

<sup>24</sup> COSTA, Alexandre Mariano. **O trabalho prisional e a reintegração do detento**. Florianópolis: Insular, 1999. p. 104

<sup>25</sup> FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da pena**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p.34

<sup>26</sup> SILVA, Evandro Lins apud FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da Pena**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p.35

prisão? Quem dá trabalho ao indivíduo que cumpriu pena por crime considerado grave? Os egressos do cárcere estão sujeitos a uma outra terrível condenação; o desemprego. Pior que tudo, são atirados a uma obrigatória marginalização. Legalmente dentro dos padrões convencionais não podem viver ou sobreviver. A sociedade que os enclausurou, sob o pretexto hipócrita de reinseri-los depois em seu seio, repudia-os, repele-os, rejeita-os. Deixa, aí sim, de haver alternativa, o ex-condenado só tem uma solução: incorporar-se ao crime organizado. Não é demais martelar: a cadeia fabrica delinquentes, cuja quantidade cresce na medida e na proporção em que for maior o numero de presos ou condenados.

A pena alternativa objetiva a verdadeira ressocialização. Deixa de ser o futuro do direito punitivo para aplicar-se já, ante a falência latente do sistema penitenciário vigente, numa concretização mais do que lógica e necessária na execução da pena como medida remediadora.

A pena de prisão é cara, ineficaz e reproduz a violência e a delinquência e deve ser utilizada com a mais absoluta parcimônia. Reservem-se as prisões única e exclusivamente para o infrator violento e perigoso que de fato se constitui em risco e ameaça ao convívio social.

A aplicação da pena restritiva de direito em substituição à pena privativa de liberdade está condicionada a determinados pressupostos, sendo uns objetivos e outros subjetivos que devem estar presentes simultaneamente.

## **5.2 Efeitos da Substituição das Penas**

Dentre as vantagens apontadas pelos juízes que aplicam as penas alternativas, ressalta-se a possibilidade de maior envolvimento dos mesmos com a comunidade. O empenho na ampliação do número de instituições beneficiárias e do estabelecimento das parcerias, por exemplo, contribui para a diminuição da distância entre os operadores jurídicos e a comunidade, uma vez ser necessário um constante diálogo entre eles. Neste processo, todos os envolvidos se beneficiam. Amplia a possibilidade da comunidade se conscientizar do seu papel na construção do coletivo.

As instituições beneficiárias, carentes de mão de obra, poderão contar com a colaboração dos prestadores de serviços em diversas atividades: secretaria, faxina, inspetoria de alunos, recepção, manutenção, carpinagem, jardinagem, pintura entre várias outras

atividades, além ainda daquelas atividades que necessitam de uma qualificação profissional específica como: enfermagem, marcenaria, funilaria, mecânico, arquitetura, medicina e contabilidade, que poderão suprir deficiências nessas áreas.

A interação entre a comunidade e os prestadores de serviços abrem espaços para vínculos mais estáveis, onde nada impede da instituição contratar o prestador do serviço após o cumprimento da pena para exercer o trabalho que vinha executando.

Ao questionarmos se a reincidência é maior ou menor quando se aplica uma pena alternativa, verifica-se que quando não se leva o indivíduo ao cárcere se consegue com mais sucesso a tão desejada ressocialização do autor de um crime, evitando-se que volte a delinquir.

As penas alternativas têm uma boa aceitação entre os operadores do direito, principalmente os profissionais que estão iniciando na carreira da magistratura, carecendo, apenas, de meios mais eficazes quando da respectiva execução.

Pode-se retratar com fidelidade o pensamento de cientistas do Direito, e acha-se pertinente transcrever palavras de Cernelutti, em obra clássica, quando cita:

Quando, através da compaixão, cheguei a reconhecer nos piores dos encarcerados um homem como eu; quando se dilui aquela fumaça que me fazia crer ser melhor do que ele; quando, senti pesar nos meus ombros a responsabilidade do seu delito; quando, anos faz, em uma meditação em uma sexta feira santa, diante da cruz, senti gritar dentro de mim: 'Judas é teu irmão', então compreendi que os homens não se podem dividir em bons e maus, em livres e encarcerados, porque há fora do cárcere prisioneiros mais prisioneiros mais prisioneiros do que estão dentro e há dentro do cárcere mais libertos da prisão dos que estão fora. Encarcerados somos, mais ou menos, todos nós, entre os muros do nosso egoísmo; talvez, para se evadir, não há ajuda mais eficaz do que aquela que possam nos oferecer esses pobres que estão materialmente fechados e4ntre os muros das penitenciárias.<sup>27</sup>

Fica tão claro assim que o os fins de punição e ressocialização não podem coexistir na concepção prisional. O ato de punir, traduzido pelo confinamento carcerário, importa que se atinja o preso em sua alta determinação, iniciativa, discernimento, implica na supressão da vontade e da autonomia do detento.

---

<sup>27</sup> CARNELUTTI, Francisco, **As misérias do processo penal**, São Paulo: CONAN, 1995, p.83 (tradução de José Antonio Cardinalli).



Já a ressocialização exige exatamente o contrário: encorajamento do auto-respeito, do senso de responsabilidade e do espírito de independência.

### 5.2.1 Quanto ao Réu

Embora não se deva pensar o processo de ressocialização apenas a partir do trabalho penitenciário, este sem dúvida pode cumprir algumas das funções que o Estado deixou de fazer, contribuindo para o ato do criminoso, onde o trabalho poderia se estabelecer num instrumento de reinserção social.

Ao se mencionar em reinserção social, segue-se o conceito elaborado por Rodrigues (1987)<sup>28</sup>, pelo qual se tem em vista a possibilidade de facultamento dos meios necessários e adequados para que, assim, o preso tenha condições de reinserir-se na sociedade.

Observa-se que para os presos, os meios necessários não diferem dos existentes na sociedade externa à prisão. Assim, enfoca-se o trabalho como um fator determinante de segurança, de estabilidade, de estruturação individual e social; fator determinante de inclusão/exclusão: fator que esclarece, conforme definição dada por Yazbek (1996, p. 12)<sup>29</sup> o constituir-se classe subalterna, tendo a vivência da pobreza, da subalternidade e da exclusão.

Os presidiários se configuram como trabalhadores que se encontram, em sua grande maioria, ociosos, necessitados de políticas que supram suas necessidades fundamentais, bem como, de suas famílias, e que precisam nesse período de vida, ter na penitenciária, um espaço de redescoberta de seu potencial enquanto ser humano, um espaço de educação pelo trabalho (MIRABETE, 1997, p. 99).<sup>30</sup>

Segundo Rodrigues (1987)<sup>31</sup>, ao se falar de reinserção social, admite-se, inequivocamente:

---

<sup>28</sup> RODRIGUES, A. M. **Reinserção Social**: Uma Definição do Conceito. **In**: Revista do Direito Penal e Criminologia, Vol. 34, Rio de Janeiro: Forense, junho/dezembro, 1987.

<sup>29</sup> YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

<sup>30</sup> MIRABETE, J. F. **Execução Penal**: Comentários à Lei 7210/84. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 1997

<sup>31</sup> *Ob. Cit.*

Uma atuação sobre o indivíduo-delinquente que, nem por isso, se deixa encarar como um problema que centra em si precisamente as tensões entre a reforma do indivíduo e da sociedade (RODRIGUES, 1987, p. 27).

Dessa forma, observa-se que o Direito Penal assume a função de proteção da sociedade, sem, entretanto, modificá-la ou alterá-la, esclarecendo, desta forma, a concepção de ressocialização que implica repassar ao detento o mínimo ético indispensável à convivência em sociedade. Em contraposição, Mirabete (1997, p. 63)<sup>32</sup> leciona que a maioria dos criminosos sofre de transtorno de personalidade. São pessoas com personalidades imaturas ou dissociais que não receberam noções a respeito do próximo.

O crime, nessa perspectiva, é considerado como um déficit de socialização. Então, a prisão deve ser o espaço onde exista um programa de ressocialização, que segundo se posiciona Rodrigues (1987)<sup>33</sup>, tem como objetivo:

Integrar o indivíduo no mundo dos seus concidadãos, sobretudo nas coletividades sociais essenciais como, por exemplo, a família, a escola ou o trabalho, proporcionando o auxílio necessário que o faça ultrapassar a situação de defasamento social em que se encontra (RODRIGUES, 1987, p. 29).

Segundo Foucault<sup>34</sup>, a prisão atualmente é, “uma empresa de modificar indivíduos” tendo, por conseguinte, duas evidências fundamentais na forma simples da privação de liberdade, sendo no papel, suposto ou exigido, um aparelho transformador de indivíduos.

Nesta acepção, a prisão representa um aparelho disciplinar, exaustiva: um reformatório integral que prescreve princípios de isolamento em relação ao mundo exterior à unidade penal, aos motivos que o levaram à infração, conduzindo-o, através desse isolamento, à reflexão, ao arrependimento e à submissão total, ao reconhecimento do preso sobre o poder que a ele se impõe; de um tipo de trabalho que tem por objetivo regular, acabar com a agitação, impor hierarquia, vigiar, constituindo, assim, uma relação de poder. É uma espécie de prisão que extrapola a simples privação de liberdade ao tornar-se um instrumento de modulação da pena.

---

<sup>32</sup> *Ob. Cit.*

<sup>33</sup> *Ob. Cit.*

<sup>34</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977

A prestação de serviços à sociedade - comunidade - ou a entidades públicas permanece sendo a pena restritiva de direitos de maior evidência, uma vez que se agrupa à perspectiva de reparação, reeducação e ressocialização do apenado, tendo efeito terapêutico, permitindo a reintegração do condenado com a sociedade e vice-versa. No entanto, para a sua ampliação, há necessidade de melhor infra-estrutura, não se esquecendo de que o juiz das execuções deve estar munido de todas as condições imprescindíveis para implementá-la e acima de tudo fiscalizá-la.

Fica assim evidente o papel educativo das penas alternativas. Os apenados passam a compreender o dano provocado por sua ação. Ao invés da reincidência gerada pelo sistema prisional, pode ocorrer a participação na sociedade mais ampla e o despertar para a responsabilidade civil.

### **5.2.2 Quanto à Vítima**

Ressalta-se pelo exposto até este ponto, que nem todos os presidiários são miseráveis e irreparáveis, nem a reparação há de ser encarada tão só no seu aspecto material e financeiro.

É importante observar que num dado momento onde a política criminal se norteia para a busca de uma efetiva reparação do crime bem como a satisfação da vítima, emprega-se os dispositivos da Lei nº. 9099/1995, que não mais pode ser relegada a papel secundário na análise do sistema de penas brasileira, é necessário insistir em que se procure algum modo de introduzi-lo de forma efetiva, já sendo suficiente para grande maioria da sociedade, proporcionar amparo a uma constante e burocrática presunção, muitas vezes desacompanhada de elementos concretos de convencimento, de que o preso, apenas por estar preso, é incapaz de reparar o mal causado.

Desta forma, nenhuma preocupação jamais irá brotar nele quanto à necessidade de ao menos tentar recompor parte que seja do dano que provocou. Observa-se se não dispõe de recursos, que no mínimo se interesse em determinadas formas compensar a vítima, ou fazer algo que seja equivalente.

Somente por essa preocupação já configuraria importante aspecto do processo de ressocialização do delinqüente. Em contraposição, deixar de lado essa exigência, salvos em casos específicos que poderão ocorrer e serem demonstrados, constituirá em imprescindível estímulo para o presidiário ignorar as conseqüências de suas condutas delituosas, naquilo que não lhe diz respeito diretamente.

Por fim, em função da realidade do meio prisional, em grande parcela são dominados por facções do crime organizado, a primeira dificuldade seria encontrar uma vítima que aceitasse algum tipo de reparação da parte de um criminoso. Entretanto há casos e casos, observa-se que um ser humano não é composto só de defeitos, como não o é só de virtudes.

Nestes casos, poderiam ocorrer certas situações em que tanto condenados se disporiam a sair do comodismo e prestar algum serviço útil, sabendo que isso seria a porta de saída da cadeia, como em que pessoas de boa vontade, que tenham sido vítimas de delitos, concordassem em receber os benefícios desses serviços. Isso se denomina oportunidade e, para quem crê na capacidade de regeneração do homem, pode ser o início de um caminho promissor.

É evidente que não seria preciso nem conveniente que as vítimas fossem atendidas nomeadamente por seus ofensores, bastando que ocorresse um cadastro geral daquelas, dentre as que se dispusessem a isso, abastecido com a definição de suas necessidades, o que possibilitaria a elas ajustar o tipo de serviço que o preso pudesse prestar.

Em se tratando de renovação de idéias e crença na reeducação do ser humano, é possível em muitos casos, a propósito do acerto em se exigir a reparação do dano a vitima como parte do processo de ressocialização, o Conselho Penitenciário, no qual têm assentos representantes da sociedade, inclusive do Ministério Público, não é insensível à relevância desse aspecto, como se extrai de votos de vários de seus membros.

Observa-se que a Lei de Execução Penal brasileira em um dos seus artigos menciona que deverá se respeitar à integridade moral dos detentos, esclarecendo que a pena tem por

objetivo proporcionar condições para a harmonia e integração novamente a sociedade (LOPES JUNIOR, 2002, p. 02)<sup>35</sup>.

Em nossa sociedade o que não faltam são leis para que os direitos humanos dos detentos sejam respeitados, o que ainda falta é fazer a sociedade compreender isso, vez que ainda existem pessoas que pensam que preso não é gente e deve ser tratado como um animal, sem direitos, tais que a mesma lei de proteção aos animais não permite estes tipos de abuso.

Finalmente, deve ressaltar o fato de que as agressões aos direitos humanos ocorrem todos os dias nas prisões, mais do que nunca a sociedade precisa se empenhar para buscar soluções para tão delicada questão. As penas alternativas e o respeito aos direitos humanos dos presos são apenas um dos caminhos que devem ser tomados de luta e persistência contra a estrutura prisional vigente em nosso país.

Para quem julga que as penas alternativas caracterizam, uma forma de impunidade cabe frisar que, qualquer modalidade das penas aplicadas depende de elementos objetivos e pessoais do condenado, bem como da segurança de sua efetiva execução.

Além disso, as penas alternativas são condicionais, isto é, somente poderão ser aplicadas se os condenados realmente cumprirem as obrigações que lhes foram impostas. Portanto as penas alternativas podem ser convertidas, em pena restritiva de liberdade (prisão), quando o sentenciado descumprir as restrições impostas.

---

<sup>35</sup> LOPES JUNIOR, A. C.L. **Breves Considerações Sobre as Inovações Processuais Penais da Lei 9.099/95**, 2002.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A necessidade de repensar as formas de punição do cidadão infrator e a constatação de que o sistema penitenciário brasileiro, baseado no sistema prisional, há muito, não é capaz de cumprir o principal objetivo da pena que é reintegrar o condenado ao convívio social, impõem-nos a necessidade de aprofundar ou mesmo de iniciar um olhar mais atento às chamadas penas alternativas, ou as penas restritivas de direito, substitutivas das penas restritivas de liberdade – prisão.

O objetivo das penas alternativas é atender e acompanhar os sentenciados durante o tempo de sua pena, no sentido de proporcionar-lhes condições de refletirem sua realidade e seu delito, buscando auxiliá-los no convívio social e no exercício da cidadania.

Visa com sua prática um processo educativo que permita ao sentenciado/reeducando, a um só tempo, ressarcir a comunidade lesada pelo delito e comprometer-se com novas atitudes enquanto membro dessa comunidade.

Mas esta não é uma missão apenas para ONG's ou mesmo só para o Estado, é uma tarefa de toda a sociedade, reconhecendo esse indivíduo não como um marginal, mas como um membro integrante capaz de comprometer-se com novas atitudes, com novos valores e, acima de tudo, com uma nova vida.

Com a participação da comunidade na administração da Justiça Penal e no sucesso da reintegração social, a própria sanção passa a funcionar como meio de tratamento do indivíduo

em conflito com a lei, possibilitando maior grau de reabilitação e reinserção construtiva na sociedade.

As penas e medidas alternativas têm demonstrado que quando empregadas para prevenção e repressão dos crimes de potencial ofensivo de baixa gravidade, têm maior poder de conservar o infrator no meio social, ao mesmo tempo em que expiando seu erro, através da pena imposta, dá-se-lhe o valor de membro útil à comunidade em que está inserido, como agente de transformação social.

As penas alternativas não deixam no condenado, o estigma de ex-presidiário, talvez o maior mal que o Estado possa causar à pessoa, pela marca indelével que essa qualidade deixa, cerrando-lhe as oportunidades no mercado de trabalho e em todos os setores sociais.

Em nosso entendimento, as penas alternativas constituem um grande avanço do direito penal moderno, porque, ao mesmo tempo em que pune a transgressão praticada, reintegra o condenado, dando-lhe a oportunidade de por meio de trabalho, demonstrar suas aptidões profissionais e artísticas, as quais serão certamente aproveitadas após o cumprimento da sanção, retirando-o do caminho do crime e levando-o ao exercício consciente da cidadania.

Vários estudos demonstram que as penas reclusivas faliram enquanto instrumento reeducativo, de conformidade com os objetivos propostos pela política criminal moderna. Delinquentes apenados com sanções restritivas de direitos tiveram percentagem menor de reincidência, quando comparados com criminosos punidos com reclusão, daí a necessidade de se aperfeiçoar os sistemas alternativos de penas, dentro da realidade penal brasileira.

Pelo exposto, observa-se que as penas alternativas são o melhor caminho para os condenados, desde que o crime que cometeram comporte a substituição por essa pena.

Desta forma, nota-se que com aplicação de tais medidas, objetiva-se a ressocialização de indivíduos que cometeram atos ilícitos e que necessitam de uma segunda chance para provar a si mesmo e à sociedade que não são criminosos e podem viver sua vida dignamente, posteriormente ao pagamento de sua dívida com a sociedade.

Nota-se ainda que a complexidade da pena alternativa é justamente a de não tirar a liberdade, ainda que, a pena tenha a sua finalidade de punir e mostrar que o ilícito não vale a pena.

Neste contexto, a pena alternativa busca gerenciar as super lotações do sistema penitenciário brasileiro, desafogando os processos e possibilitando que a sociedade tenha uma visão mais amenizada e quem comete delitos leves deve também ter a pena branda, sem deixar de pagar pelo erro cometido, de qualquer modo. E, assim, muitos doutrinadores vêm defendendo que o seu uso é mais facilitado e mantém o indivíduo livre para conviver mais com a família, podendo tanto corrigir o seu erro quanto organizar sua vida, normalmente.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mônica Louise de. **Penas alternativas à prisão. Os substitutos penais no sistema Penal Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2005. (cit.: AZEVEDO, *Penas Alternativas à Prisão*).

BARATTA, Alessandro , **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**. Rio de Janeiro : Revan , 2002

BECCARIA, Cesare , **Dos delitos e das penas**. São Paulo : Madra Editora, 2002

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Novas Penas Alternativas. Análise Politico- Criminal das alterações da lei nº 9.714/98**. São Paulo: Saraiva, 1999 (cit.: BITENCOURT, *Novas Penas Alternativas*).

\_\_\_\_\_. **Falência da pena de prisão – Novas penas alternativas**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993

\_\_\_\_\_. **Falência da Pena de Prisão**. Causas e Alternativas. 3ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004

\_\_\_\_\_. **Novas Penas Alternativas**, São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Falência da Pena de Prisão**, citado por Carlos Alberto Fachione Silva , in RT 738, 1997.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Versão do Senado. Imprensa Oficial, Brasília, 2002

BRASIL. **Código Civil Brasileiro de 2002** – Lei 10.406/2002. In:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acessado em Janeiro de 2008.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. In:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm). Acessado em Fev. de 2008b.

BRASIL. **Código de Processo Penal - Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. In:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm). Acessado em Fev. de 2008c.

BRASIL. **Lei de Execução Penal** - Lei nº 7.210, de Julho de 1984. In.  
[http://www.dji.com.br/leis\\_ordinarias/1984-007210-lep/lei\\_de\\_execucao\\_penal.htm](http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1984-007210-lep/lei_de_execucao_penal.htm).  
Acessado em fevereiro de 2008d.

BRASIL. Lei Nº. 9.099/1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. In.  
[http://www.pbnet.com.br/openline/jocelio/legislacao/Legis\\_Lei9099.htm](http://www.pbnet.com.br/openline/jocelio/legislacao/Legis_Lei9099.htm). Acessado em  
Fevereiro de 2008e.

BRUNO, Aníbal. **Direito Penal**. 3ª ed. Rio-São Paulo. Ed. Forense, 1967

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. **Da Jurisdição**. Salvador: Publicações da  
Universidade da Bahia, 1957.

CARVALHO, S. **Pena e Garantias**, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

COSTA, E. A. **Penas Alternativas**, [www.notadez.com.br](http://www.notadez.com.br). Belo Horizonte, PUCMG, 2000.

COSTA, Alexandre Mariano. **O trabalho prisional e a reintegração do detento**.  
Florianópolis: Insular, 1999.

COELHO, Daniel Vasconcelos. **A crise no sistema penitenciário brasileiro**. [on line].  
Disponível em: <<http://neófito.com.Br/artigos/penal134.htm>>. Acesso em: 2 agosto de 2004.

CARNELUTTI, Fransisco, **As misérias do Processo Penal**, São Paulo: Conan, 1995, p.83  
(tradução de Jose Antonio Cardinalli)

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **Controle da Legalidade na Execução Penal: reflexões em  
torno da jurisdicionalização**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

DELMANTO, C. et al. **Código Penal Comentado**. 6ª ed. Atual e ampl. - Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DE MARSICO, A. *apud* NORONHA, E. M. **Curso de Direito Processual Penal**. 18ª. ed. atualizada por Adalberto José Q. T. De Camargo Aranha. São Paulo: Saraiva, 1987.

DAMÁSIO E. DE JESUS, **Penas alternativas**, São Paulo, Editora Saraiva, 1999.

DOTTI, René Ariel. **Conceitos e distorções da Lei 9.099/95: temas de direito e processo penal, em: Juizados Especiais Criminais: interpretação e crítica**. São Paulo: Malheiros, 1997 (cit.: DOTTI, *Conceitos e distorções da lei 9.099/95: temas de direito e processo penal*).

D'URSO, Luiz Flávio Borges. **A privatização dos presídios (terceirização). Dissertação (Mestrado em Direito)**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

EGGER, I. J. **Aspectos Destacados da Lei 9.099/95** (Parte Criminal), Consulex, V I, n. 20, 1998.

FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da Pena**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977

FRANCO, A. S. **Crimes Hediondos**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª. ed., 2000.

GALVÃO, Fernando. **Aplicação da Pena**. São Paulo. Editora. Del Rey.1995.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1999.

GOMES, Luis Flávio. **Penas e Medidas Alternativas a Prisão**. Revista dos Tribunais 2ª. Ed. Vol. 1. São Paulo, 2000 (cit.: GOMES, *Penas e medidas alternativas à prisão*).

GRINOVER, A. P. Natureza Jurídica da Execução Penal. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (coord). **Execução Penal**: mesas de processo penal, doutrina, jurisprudência e súmulas. São Paulo: Max Limonad, 1987.

\_\_\_\_\_. **Penas Alternativas.** São Paulo: Saraiva, 1999

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Penal.** 1º V., São Paulo, Saraiva, 1999.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Regras de Tóquio.** São Paulo: RT, 1999

LAKATOS, E. M., MARCONI, M.A. 2001. **Fundamentos da metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas

LOPES JUNIOR, A. C.L. **Breves Considerações Sobre as Inovações Processuais Penais da Lei 9.099/95,** 2002.

MARTINS, Jorge Henrique S. **Penas alternativas.** Curitiba: Juruá, 2001

MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e Aplicação do Direito,** 19ª ed. Forense, 2001

MIRABETE, J. F. **Código Penal Interpretado.** Atlas, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Execução Penal:** Comentários à Lei 7210/84. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 1997

NOGUEIRA, A. **Pena sem Prisão,** São Paulo, Saraiva, 1956.

NOGUEIRA, P. L. **Comentários à Lei de Execução Penal.** São Paulo: Saraiva, 1996.

NORONHA, E. M. **Curso de Direito Processual Penal.** 18ª. ed. atualizada por Adalberto José Q. T. De Camargo Aranha. São Paulo: Saraiva, 1987.

PRADO, Geraldo. **Elementos para uma análise crítica da transação penal.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003 (cit.: PRADO, *Elementos para uma análise crítica da transação penal*).

REALE JUNIOR, Miguel. **Novos rumos do sistema criminal.** Rio de Janeiro: Forense, 1983

RODRIGUES, A. M. **Reinserção Social:** Uma Definição do Conceito. **In:** Revista do Direito Penal e Criminologia, Vol. 34, Rio de Janeiro: Forense, junho/dezembro, 1987.

SILVA, Evandro Lins *apud* FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da Pena**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.p.35

\_\_\_\_\_. **Ciência Jurídica** – Fatos – nº. 20, maio de 1996.

SZNICK, V. **Penas Alternativas** – Perda de bens, Prestação de Serviços, Fim de semana, Interdição de Direitos. São Paulo: Ed, Universitária de Direito, 2000.

TELLEZ AGUILERA, A. **Nuevas Penas Y Medidas Alternativas A La Prision**. Edisofer, S.L. MADRI, 2005.

TESSARIOL, A. **Dicionário Brasileiro**, São Paulo, EDELBRA, 1985.

VICO MAÑAS, C (Coord). **Ciências Criminais**. Revista Brasileira de Ciências, Vol. 16. Revista dos Tribunais, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 1996.